



XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE MAIO DE 2024

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Palmira Maciel Fernandes da Costa](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que, após ter proferido uma intervenção inicial, no início da qual condenou o atentado contra o Primeiro-Ministro da Eslováquia, Robert Fico, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [André Ventura](#) e [Rita Matias](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) e [Jorge Pinto](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Hugo Soares](#) (PSD).

Entretanto, o Presidente saudou várias escolas presentes nas galerias, que foram aplaudidas pela Câmara.

Sobre a gestão de tempos, usaram ainda da palavra, em interpelação à Mesa, os Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Hugo Soares](#) (PSD), tendo o Presidente remetido o assunto para a Conferência de Líderes.

Deu-se conta de um Deputado do PSD que esteve presente, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 58 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Muito boa tarde.  
Está aberta a sessão.

*Eram 15 horas.*

Peço às autoridades o favor de abrirem as galerias ao público.

*Pausa.*

O Governo já está presente, a Mesa também, e o mesmo devia acontecer com todos os grupos parlamentares. É, inclusivamente, uma questão de respeito por nós todos e pelo Governo.

*Pausa.*

Já estão presentes todos os grupos parlamentares.

Peço o favor de criarem condições para iniciarmos os nossos trabalhos e lembro aos presentes nas galerias que não se podem manifestar durante todo o debate.

Da ordem do dia consta o debate com o Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento.

Pedia o favor de todos os Srs. Deputados criarem condições para eu dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.  
Muito obrigado.

Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Permitam-me que comece por endereçar daqui, em nome do Governo português, uma palavra de solidariedade ao meu colega, Primeiro-Ministro da Eslováquia, Robert Fico, que foi hoje alvo de um atentado, e deixar também uma nota de profunda e veemente condenação por este ato hostil aos valores da democracia e do exercício de funções políticas.

*Aplausos gerais.*

Esperamos todos que possa ter um pronto restabelecimento.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é com muito gosto que aqui estou, neste primeiro debate quinzenal desta Legislatura. Assumimos plenas funções há 33 dias, com a investidura parlamentar nesta Assembleia. Desde então, temos trabalhado para reformar o País e cumprir com os portugueses.

Como assumimos, com frontalidade e lealdade, perante S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República e também perante esta Assembleia da República, a não rejeição do Programa do Governo teria de significar a possibilidade da sua execução e teria também de significar que essa execução não teria uma oposição que se constituísse como bloqueio democrático. Mantemos essa leitura política, que, estamos em crer, corresponde àquela que, legitimamente, é o anseio do povo português.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aproveito esta ocasião para reforçar a nossa disponibilidade para um diálogo político responsável e sério, em que todos possam privilegiar o interesse nacional face a interesses circunstanciais de mediatismo ou folclore político.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, nos 33 dias que passaram desde que aqui foi apreciado o Programa do Governo, avançámos com a descida do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) em 1539 milhões de euros face a 2023,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Risos de Deputados do PS, do BE e do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Acha que ainda acreditamos nisso?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... o que representa, ainda assim, um desagravamento de cerca de 30 % face àquele que está previsto no Orçamento do Estado para 2024, o qual, em si mesmo, também já foi uma reação a uma proposta do PSD.

Iniciámos as negociações com os professores e profissionais das áreas da segurança, da justiça e da saúde para desbloquear diferendos nas carreiras e remunerações que se arrastaram por falta de vontade política.

Intervimos com toda a rapidez na gestão dos fundos europeus, com vista a garantir mais capacidade de execução, mais celeridade nas aprovações, maior transparência, maior fiscalização, menor burocracia e recuperação dos atrasos.

Duplicámos a consignação das receitas de IRS, de 0,5 % para 1 %, para as instituições sociais, culturais e desportivas.

Aumentámos o complemento solidário para idosos para 600 €.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Eliminámos da condição de recursos o rendimento dos filhos para atribuição deste complemento.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Aprovámos a comparticipação a 100 % dos medicamentos precisamente para os idosos, pensionistas e reformados mais pobres.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Iniciámos o diálogo com os parceiros na concertação social. Apresentámos uma nova estratégia para a habitação, «Construir Portugal».

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, ontem mesmo, decidimos a localização do novo aeroporto de Lisboa, Luís de Camões, a definição de um plano de obras para o Aeroporto Humberto Delgado,...

**Vozes do PSD**: — Muito bem! Finalmente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e a conclusão dos estudos para a construção de uma terceira travessia do Tejo e a ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Madrid.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos de Deputados do PS.*

Onde alguns titubearam, tergiversaram, precipitaram e revogaram, nós decidimos tranquilamente um impasse de décadas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Fizemo-lo com base numa metodologia adequada e consensualizada, tendo em conta a avaliação de uma comissão técnica independente.

Decidimos com visão estratégica, com visão de futuro, de forma rápida, mas ponderada e fundamentada.

*Protestos de Deputados do PS.*

Esta é a marca deste Governo: ponderação, decisão e consequência.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Todas estas decisões foram, e continuarão a ser, tomadas sem aventureirismos e sem qualquer pretensão de criar números políticos infantis e efémeros.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Essas aventuras e esses números caracterizam os populistas e os demagogos, e, no fim do dia, são apenas folclore mediático, que não resolve os reais problemas das pessoas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Da parte do Governo, optamos por uma gestão rigorosa dos recursos públicos, focada no crescimento da economia, na atração de investimento e na coesão territorial. Como temos afirmado várias vezes, esse é o caminho para ganharmos competitividade e criarmos o valor que permite pagar melhores salários e pensões, reter o nosso talento e dar esperança aos nossos jovens.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, ao contrário de outros, este não é um Governo de ilusões ou ilusionismos, nem é um Governo interessado em colonizar a Administração Pública.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

**Vozes do PS**: — Ah...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vamos cumprir o nosso Programa e vamos cumprir os compromissos eleitorais que temos com o povo português.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E falaremos sempre verdade. A verdade é que não temos uma situação de descontrolo orçamental, mas também não temos o mar de rosas que por aí se andou a vender.

Se os cofres estavam cheios em janeiro, chegámos ao final de março com um défice de 259 milhões de euros.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se tínhamos 500 milhões de euros de dotação provisional do Ministério das Finanças em janeiro, chegámos a março com metade desse valor.

A isso somou-se uma despesa extraordinária, no primeiro trimestre, de 1080 milhões de euros, dos quais 946 foram assumidos já depois das eleições do passado dia 10 de março.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem! Bem lembrado!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Vimos também serem publicadas 116 resoluções do Conselho de Ministros...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... desde o dia 7 de novembro do ano passado, das quais já identificámos 42 sem cabimentação pela Direção-Geral do Orçamento (DGO), num montante adicional de 1200 milhões de euros.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sobre esta recaída despesista do Partido Socialista,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... agudizada no período que mediou entre as eleições e a posse do atual Governo — quero aqui dizer —, não falo dela propriamente para me queixar, embora tivesse razões para isso,...

**Vozes do PS:** — Ah...!

*Risos do Deputado do L Rui Tavares.*

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... mas falo sobretudo porque a verdade não pode nem deve ser escondida.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Eu pergunto mesmo se há alguém que preferisse que esta verdade fosse efetivamente escondida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Creio que não! Creio que todos somos, nesta Casa, pela verdade.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, conhecer a realidade é essencial para governar bem. E a realidade mostra-nos, além de todas estas circunstâncias, uma incerteza e uma instabilidade na Europa e no mundo.

É verdade, a realidade traz-nos enormes desafios, mas quero aqui dizer, em nome do Governo, que esses desafios não nos demovem dos nossos objetivos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Vamos construir o futuro de Portugal com esperança e confiança: esperança no talento dos portugueses, na inovação das nossas empresas e no funcionamento das nossas instituições; e confiança na capacidade de, enquanto povo, nos mobilizarmos em torno de objetivos estruturantes e estratégicos.

Queremos prosseguir em diálogo leal e construtivo com os partidos que compõem esta Assembleia da República. Nesse espírito, lanço-vos o repto para trabalharem com o Governo e com todos os grupos parlamentares, nomeadamente aqueles que suportam o Governo no Parlamento, para concretizarmos as medidas que melhor servem os interesses dos portugueses e de Portugal.

O processo, que está em curso nesta Casa, de apreciação parlamentar da iniciativa do Governo de baixar o IRS é já uma boa oportunidade para cada um assumir as suas responsabilidades.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Com pragmatismo e sem despesismo. Com lealdade e sem falsidade. Com reformismo e sem radicalismo ou imobilismo.

Vamos reformar o País e vamos cumprir com os portugueses.

*Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vá, agora a sério!

O Sr. **Presidente**: — Neste primeiro grupo de perguntas por parte dos partidos, começo por dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, em nome do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, já ontem tive oportunidade de saudar o Governo por ter decidido seguir a resolução da comissão técnica independente.

É hoje o terceiro Governo a decidir fazer o aeroporto em Alcochete. Mas mais importante do que decidir é mesmo fazer. É isso que nós queremos assegurar: a execução da terceira decisão de fazer o aeroporto em Alcochete.

*Protestos do Deputado da IL Rui Rocha.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Terceira?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas o Sr. Primeiro-Ministro não anunciou apenas o aeroporto em Alcochete. Anunciou — e não anunciou fazer estudos — reforçar a capacidade do Aeroporto Humberto Delgado em número de movimentos por hora. Percebe-se porquê: nós temos aqui um problema, porque, nos próximos 10, 12, 15 anos, não temos forma de acrescentar voos à capacidade que temos no Humberto Delgado. E a solução que o Governo apresenta é reforçar a capacidade aeroportuária do Humberto Delgado.

Fez gala de tomar decisões ponderadas e fundamentadas. A decisão de Alcochete decorre de estudos, de estudos com vários anos. A primeira decisão, de 2008, também já tinha decorrido de estudos. A decisão compreende-se que possa ter sido tomada em 30 dias.

Agora, a pergunta que gostava de lhe fazer é: com base em que estudo, em que parecer, é que anunciou ao País a decisão — que imagino que tenha sido ponderada e fundamentada — de reforçar a capacidade do Aeroporto Humberto Delgado, aumentando o número de movimentos de 38 para 45?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, gostaria de começar por saudar a reação do Partido Socialista à decisão anunciada pelo Governo, vislumbrando até, nas suas palavras, no enfoque que quis dar a esta terceira decisão, um reforço do adágio popular de que «à terceira é que vai ser de vez».

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É agora que, finalmente, passaremos das intenções para as execuções. É a nossa convicção, é a nossa intenção, é a nossa predisposição e será, seguramente, a realidade que levaremos ao País nos próximos anos.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, que as vicissitudes da escolha da localização e do andamento do processo para a construção do novo aeroporto de Lisboa são conhecidas, e, se há personalidade política que as conhece com muito detalhe, é o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

*Protestos de Deputados do PS.*

Não vou aqui elencar os momentos em que se pronunciou sobre esse assunto, vou sobretudo focar-me naquilo que é mais importante. É que nós estamos de acordo quanto à solução. Estamos de acordo quanto à solução de localizar o aeroporto em Alcochete, creio que também estaremos de acordo quanto à denominação que lhe atribuímos, Luís de Camões,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... estamos de acordo quanto à necessidade de ter, neste período de transição, uma infraestrutura aeroportuária capaz de responder à crescente procura que, felizmente, Portugal e Lisboa têm tido ao longo dos anos.

É precisamente, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, olhando para todos os estudos, que são vários, de várias entidades, que ilustram uma trajetória de aumento da procura — portanto, para termos à nossa disposição a vontade pré-anunciada de recebermos mais passageiros nos próximos anos — que é necessário, por um lado, efetivar as obras que, infelizmente, o Governo anterior, apesar de se ter comprometido, à época, com o maior partido da oposição em desenvolver com a concessionária as obras que podiam trazer maior comodidade ao acolhimento dos passageiros, à tramitação das bagagens, a toda a operação que diz respeito também à primeira forma de dizermos àqueles que nos visitam que recebemos bem,...

**Vozes do PSD:** — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... que temos um País evoluído, desenvolvido, tem em atraso há mais de um ano e meio, desde que nós conversámos, ainda era eu líder do principal partido da oposição, e as escrevemos, mas não foram concretizadas. A primeira fase que é preciso cumprir é essa.

E há uma segunda fase a que o Sr. Deputado aludiu. De facto, para recebermos, temos de receber em boas condições, e temos de aproveitar aquela que é a procura que temos. Temos todas as entidades a convergir relativamente ao aumento da procura.

**Vozes do PS:** — Diga os estudos!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — É verdade que o relatório da comissão técnica independente até vai mais longe na dinâmica dessa procura do que todas as outras entidades que nós consultámos, mas todas elas convergem num sentido: está a crescer, de forma consistente, a procura do aeroporto de Lisboa.

**Vozes do PS:** — Os estudos!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Se assim é, o Sr. Deputado é o primeiro a perceber porque é que é necessário reforçar a capacidade de movimentos por hora no Aeroporto Humberto Delgado.

*Protestos de Deputados do PS.*

Sabe porquê, Sr. Deputado? Porque, na sua opinião, essa capacidade, mais do que reforçada no Aeroporto Humberto Delgado, era reforçada através...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias (PS):** — Os estudos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... da transposição da operação para a Base Aérea do Montijo. Ora, nós estamos a evitar fazê-lo, aproveitando a capacidade instalada hoje no Aeroporto Humberto Delgado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não gostava que gastasse todo o tempo, ainda mais para não responder...

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Acha?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... porque, efetivamente, Montijo dava resposta no curto prazo à transição, mas já morreu, já lá foi. Tinha dia, tinha dia!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Só não foi um dia!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A questão que lhe coloquei, porque faz gáudio — e ainda fez isso ali, no discurso de agora — de que toma decisões ponderadas e fundamentadas, foi: em que é que se baseou, em que é que se baseia, em que estudo, para passar de 38 movimentos para 45?

*Aplausos do PS.*

*Protestos de Deputados do PSD.*

Há algum parecer sobre avaliação ambiental, sobre avaliação em matéria de segurança? O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa aceita hoje o aumento do número de movimentos de 38 para 45, com mais aviões a sobrevoar Lisboa? Em que é que se baseou?

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Isso, exatamente!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Peço-lhe que envie ao Parlamento — pelo menos ao Grupo Parlamentar do PS — o estudo em que se baseou para anunciar ontem ao País essa decisão, porque senão sou obrigado a concluir que foi uma decisão irrefletida, imponderada,...

*Aplausos do PS.*

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Ah!

*Risos do PSD, da IL e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... e que o Sr. Primeiro-Ministro foi impulsivo. Portanto, tem ou não...

*Protestos do PSD.*



O Sr. **Presidente**: — O tempo está parado.

*Pausa.*

Faça favor.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Para que não possa ser acusado de imponderado, irrefletido e impulsivo,...

*Risos de Deputados do PSD, da IL e do CDS-PP.*

... apresente-nos o estudo ou o parecer que esteve na base dessa decisão, que vai ter impacto em Lisboa.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Queremos todos ouvir agora o Sr. Primeiro-Ministro. É preciso que o Plenário dê condições para isso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é o Plenário, é o PS e o PSD!

O Sr. **Presidente**: — Por isso, agradeço aos Srs. Deputados que deem condições.  
Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, eu sei que pode insistir.

*Protestos de Deputados do PS.*

Devo dizer o seguinte: posso-lhe referir todas as opiniões que foram veiculadas ao longo do tempo, e que nos foram transmitidas também agora, nas últimas semanas, pela NAV (Navegação Aérea de Portugal); aquilo que está plasmado no relatório da comissão técnica independente; aquilo que também resulta de várias comunicações que a concessionária foi fazendo à concedente ao longo dos anos, e que o Sr. Deputado conhece melhor do que eu, porque exerceu essa tutela.

**Vozes do PS**: — Ah!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Pois conheço!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E foi de tal maneira — veja bem! —, que o Sr. Deputado não se contentava em reforçar a capacidade de recebermos mais voos por hora no Aeroporto Humberto Delgado. O Sr. Deputado queria outro aeroporto para receber mais movimentos por hora. E ainda tem dúvidas sobre a sustentação desta decisão, Sr. Deputado?!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Ó Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa, com toda a franqueza e com toda a lealdade: esteja descansado, porque eu não revoguei hoje as minhas decisões de ontem, nem vou revogar amanhã as minhas decisões de hoje.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Elas são ponderadas, elas são fundamentadas, elas foram estudadas, e — sabe? — foram estudadas até num contexto partidário que o senhor desdenhou.

Quando houve o primeiro relatório preliminar da comissão técnica independente,...

**Vozes do PS:** — Onde é que está o estudo?

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... eu disse que no meu partido iríamos estudar as conclusões, iríamos estudar todo o conteúdo do relatório preliminar, e os senhores desdenharam.

**Vozes do PS:** — Onde é que está o estudo?

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Mas, enquanto os senhores estiveram a desdenhar e a fazer política barata, nós estávamos a estudar para decidir, e para decidir a favor do futuro de Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, faça favor.

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, fica, portanto, claro que o Governo fez um anúncio ontem para o qual não tem um estudo, um parecer, que fundamente a decisão.

*Aplausos do PS.*

Mas vamos passar da segunda metade da década de 30 para 2024. O problema dos primeiros 30 dias do seu Governo não foi a falta de iniciativa, eu acho que percebeu mal.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Teve iniciativa. O problema foi mesmo a iniciativa e aquilo que foi sendo dito durante esses 30 dias. Causou alarme e causou preocupação. Não foi a mudança do logotipo, isso é uma disputa com o Chega. Foram as exonerações, a desorientação, a justificação para essas desorientações. Teremos oportunidade para discutir a fundamentação de algumas dessas exonerações, desde logo na Santa Casa da Misericórdia, e perceber se a argumentação é falsa ou verdadeira.

O Sr. **Paulo Moniz (PSD):** — Não está atualizado!

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS):** — Mas grave, grave, foi todo o discurso e o debate sobre as contas públicas até ao dia de hoje, Sr. Primeiro-Ministro. Apresentaram-se a eleições com um cenário macroeconómico com um excedente orçamental de 0,8 % e um conjunto de medidas que nós dissemos sempre que era irrealista. Na pasta de transição foram-lhe apresentadas contas que previam para 2024 um excedente orçamental de 0,7 % com políticas invariantes.

O Sr. Ministro das Finanças optou por apresentar um Programa de Estabilidade com um excedente orçamental de 0,3 %. A seguir, apresentam uma proposta de redução fiscal que custa 348 milhões de euros. O Parlamento aprova aqui a eliminação das portagens, que custa 150 milhões de euros — o descalabro, a catástrofe! —, desde logo, uma medida que, por coincidência, tinha o mesmo custo da medida apresentada pelo então líder do PSD, Montenegro, para reduzir as portagens em 50 %.

O Sr. **Paulo Moniz (PSD):** — Está baralhado!

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS):** — Mas esse nem é o problema. O discurso sobre o descalabro das contas públicas continuou: eram 1000 milhões de euros, era um défice no primeiro trimestre em contas públicas, já eram 2000 milhões, despesas não cabimentadas, um drama, uma catástrofe!

*Protestos de Deputados do PSD.*

Logo a seguir, vieram medidas que estavam previstas apenas para 2025, antecipadas para 2024. Nunca disseram — nunca vos perguntaram, o que é extraordinário! — quanto é que custam as medidas que entretanto foram apresentadas. Mas o discurso sobre o descalabro das contas públicas continuou.

O que é que nos valeu? Valeu-nos a Europa, a Comissão Europeia, o comissário europeu para a economia e orçamento e o Presidente do Eurogrupo, que veio dizer que as contas públicas em Portugal são saudáveis, a situação orçamental é saudável.

*Aplausos do PS.*

Esta novela termina agora, termina com esta afirmação, tanto do comissário europeu como do presidente do Eurogrupo sobre as nossas contas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pudera!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Parem! Nós nunca percebemos as razões, não vamos perceber, talvez nunca, as razões deste discurso catastrofista ao longo dos últimos 30 dias.

Mas quero-lhe fazer uma pergunta sobre o IRS...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vá lá!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... e sobre a nossa vontade de cooperar.

A vossa proposta, a proposta do Governo, só baixou à especialidade porque não a quiseram sujeitar a votação, a nossa foi aprovada. A vossa era injusta do ponto de vista social, concentrava a poupança nos 10 % que ganhavam mais.

O Sr. **Paulo Nuncio**: — Não é verdade!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Nós aceitamos jogar dentro da despesa definida por vocês, 348 milhões, mas quisemos uma redistribuição mais justa dessa despesa fiscal. A pergunta que lhe quero deixar é se está disponível para se aproximar da proposta que teve a viabilidade para ser aprovada no Parlamento.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, para que o assunto fique clarificado, vou remeter-lhe o memorando que nos foi enviado no dia 3 de maio, pela NAV Portugal, onde está plasmada toda a estratégia de reforço da capacidade aeroportuária do Aeroporto Humberto Delgado.

Mas pensei que para si não era necessário. Sabe porquê? Porque no famoso despacho que proferiu, ainda como Ministro das Infraestruturas, está lá, precisamente, anotada a necessidade de reforçar essa capacidade.

**Vozes do PS**: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Está escrito, posso ir ler.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Ou então, também posso mandar distribuir o despacho, se tiver saudades de o visitar. Até se pode distribuir esse e aquele que o revoga no dia seguinte.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não percebeu nada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quero dizer-lhe, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, sobre a situação financeira do País, que é um bocadinho exagerada a sua leitura.

**Vozes do PSD**: — Um bocadinho!

**Vozes do PS**: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Efetivamente, não houve nenhuma, nenhuma narrativa de descalabro das contas públicas.

**Vozes do PS**: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Houve, e tive ocasião de o referir ali, uma questão de verdade.

*Protestos do PS.*

E qual é a verdade? A verdade é que nós, em janeiro, tínhamos, em contabilidade pública, um excedente de cerca de 1100 milhões de euros; em fevereiro baixou para pouco mais de 700 e em março foi negativo, de 259 milhões de euros. Isto é objetivo! Isto não é suscetível de ser opinião! Isto é objetivo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

*Protestos do Deputado do PS Francisco César.*

Se me dissesse «isto é um descalabro», seria um descalabro se se mantivesse essa trajetória ao longo do ano, mas felizmente houve eleições, mudou o Governo e,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

**Vozes do PS**: — Ah!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... é verdade, as despesas extraordinárias que o Governo anterior andou a fazer nos primeiros três meses do ano pararam, pararam objetivamente.

*Protestos de Deputados do PS.*

Sabe porquê? O que é que aconteceu até março? Dotação provisional do Ministério das Finanças: 500 milhões de euros, normalmente utilizados no último trimestre do ano para situações excecionais,...

*Protestos de Deputados do PS.*

... foi gasta metade dessa capacidade logo nos primeiros três meses do ano; 1080 milhões de euros de despesas extraordinárias, 946 milhões das quais já após as eleições do dia 10 de março;...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eleições!

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... 116 resoluções do Conselho de Ministros aprovadas após o dia 7 de novembro, dia em que se demitiu o anterior Primeiro-Ministro, 42 das quais sem cabimentação por parte da Direção-Geral do Orçamento, num montante que ascende a 1200 milhões de euros.

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Fernando Medina**: — Falso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado preferia que isto não se soubesse? Preferia que isto estivesse escondido? Nós, por uma questão de verdade, dissemos ao País.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas vou dizer-lhe mais: eu próprio, como Chefe do Governo, ao ter anunciado publicamente esta circunstância, tive ocasião de dizer: «Não me assusto com isto. Temos capacidade, no Governo, para gerir as finanças públicas e para gerir os investimentos públicos de maneira a chegarmos ao fim do ano e podermos ter, efetivamente, um excedente nas nossas contas públicas.» E é um compromisso que aqui reitero, perante esta Câmara e perante o País.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, finalmente, quero dizer-lhe, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, que sobre a questão do IRS, preanunciei a nossa disponibilidade para podermos contribuir para que haja um consenso alargado na Assembleia da República.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há uma coisa que o Governo não fará: desvirtuar o sentido das suas propostas políticas.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não pode!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isso não, não vai pedir isso ao Governo. Não vai pedir ao Governo, que esteve contra uma redução do IRS exclusiva para os primeiros cinco escalões, para um rendimento que em termos líquidos tem como teto cerca de 1300 €, que isso seja uma política socialmente justa, que estimula o trabalho em Portugal e que dá, à classe média, condições de recuperação da sua situação económica.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Não, Sr. Deputado, nós estamos disponíveis para aproximar posições, não estamos disponíveis para manter o erro económico que foi a política fiscal do Governo que nos antecedeu.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Claro!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, peço que tenha atenção ao tempo disponível.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Eu, Sr. Presidente?! Ainda tenho tempo disponível.

O Sr. **Presidente**: — Não, não. Eu sei, só estou a lembrar isso a todos.  
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, portanto, não tem estudo, nem parecer, que fundamente a decisão de aumentar o movimento de voos no Aeroporto de Lisboa, sobre a cidade de Lisboa.

*Protestos do PSD, da IL e do CDS-PP.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Outra vez?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não tem!

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Está contra?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — As obras que estavam previstas, que foram aprovadas pelo Governo anterior e que começarão em outubro, previam apenas o conforto dos passageiros e a fluidez do tráfego aéreo, não o aumento do número de movimentos por hora.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Exato!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Está na sua resolução!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Esse é outro debate, Sr. Primeiro-Ministro, e não tem fundamentação para fazer o anúncio que fez ontem.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tem, tem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Segundo, constatamos que apesar de Primeiro-Ministro já há mais de um mês, continua sem saber a diferença entre contabilidade pública e contabilidade nacional, e isso é preocupante.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

Ponto três, em matéria de IRS, estamos disponíveis para nos aproximarmos. Não estamos nunca disponíveis para aprovar soluções que são regressivas, que só vão beneficiar os de cima. Com o PS, nunca contarão para isso.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Os de cima?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Os 10 % que ganham mais.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso! E que pagam quanto?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Voltando a 2024, apresentaram um *PowerPoint* sobre habitação.

*Protestos de Deputados do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Olha quem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Dizia o Sr. Primeiro-Ministro...

*Pausa.*

*Protestos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço que criem condições para o orador falar. Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Dizia o Sr. Primeiro-Ministro que eu era muito bom a apresentar *PowerPoints*, mas melhor do que eu a apresentar *PowerPoints* é o Sr. Ministro das Infraestruturas, que basicamente muda pouco: muda o logótipo e pouco mais.

*Aplausos do PS.*

*Protestos de Deputados do PSD.*

Mas vamos ao *PowerPoint* da habitação, Sr. Primeiro-Ministro. É que o Sr. Primeiro-Ministro tinha prometido rasgar o Mais Habitação.

*Protestos de Deputados do PSD e do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

Pois deixe-me dizer: disponibilização de terrenos públicos para construção privada ou cooperativa, a que os senhores chamam *build to rent* — não sei porquê, é fácil dizer em português «construir para arrendar» —, com isenção de imposto de selo, com isenção de IMI (imposto municipal sobre imóveis) durante cinco anos,...

*Protestos de Deputados do PSD.*

... com isenção da tributação das rendas, estava no Mais Habitação. Foi rasgado, está agora no *PowerPoint*.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

Está na lei.

*Protestos do PSD.*

Também não fizeram, simplesmente replicaram.

Segundo: IVA (imposto sobre o valor acrescentado) a 6 % para a construção com preços limitados.

*Protestos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — E as casas?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Isso é o que nós temos na habitação a custos controlados e na habitação para arrendamento acessível: mais habitação! Mais habitação!

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

E faz outra coisa extraordinária, que nos faz lembrar os 1500 milhões de euros de IRS, em que, afinal, 1300 eram do PS: desbloquear 25 000 casas do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência).

*Risos do PS.*

Desbloquear 25 000 casas do PRR pode estar a querer referir-se a que algumas estejam atrasadas — 25 000 casas —, 14 000 casas já têm contrato de financiamento aprovado,...

*Aplausos do PS.*

... muitas com obras em andamento...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Muitas!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... e algumas com chaves entregues.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Muitas, muitas!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Basta perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

*Aplausos de Deputados do PS.*

As casas que entregou foram projetadas por um presidente de câmara do PS, lançadas por um presidente de câmara do PS, pagas pelo Governo do PS.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD, do CDS-PP e do Deputado da IL Rui Rocha.*

Mas não é tudo Mais Habitação. Há novidade e a novidade é má. O problema da habitação não é só falta de oferta, é termos uma pressão do lado da procura e parte dela não é para cumprir a função residencial.

**Vozes da IL**: — Não desvie a conversa!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Governo anterior tentou retirar pressão do lado da procura, criando algumas restrições. O que é que faz o Governo? Retirar a pressão do lado da procura, agravando o problema. O que é bom no programa já estava no Mais Habitação,...

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não!



O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... o que é mau é novo e é da sua responsabilidade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É exatamente o contrário!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro, entretanto, percebeu que a política de habitação não se resolve de um dia para o outro, já o disse.

Mas, quero fazer-lhe a pergunta que nos fazia sempre e que me fazia a mim. Depois de vermos o *PowerPoint* da habitação, a pergunta que lhe quero deixar — e gostava que, pelo menos desta vez, respondesse — é a seguinte: quantas casas e quando, em cima daquilo que o PS já decidiu e já fez?

*Aplausos do PS.*

*Risos do PSD, da IL e do CDS-PP.*

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Seja bem-vindo à oposição!

O Sr. **Presidente**: — Pedia à Câmara o favor de, tendo atenção à gestão dos tempos e para que o Sr. Primeiro-Ministro possa responder, criar condições para que possamos ouvir agora o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, o senhor coloca três questões.

Na primeira, devo dizer-lhe que notei o seu esforço para tentar uma discussão mais tecnocrática, a propósito da diferença entre contabilidade pública e contabilidade nacional,...

*Protestos do PS.*

... querendo com isso dizer que os números a que me referi são em contabilidade pública, mas quando houver números em contabilidade nacional vão ser diferentes.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Isso é todos os anos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Era basicamente aquilo que o Sr. Deputado queria insinuar.

Deixe-me dizer-lhe o seguinte: o que é importante não é isso. O que seria importante era que o Sr. Deputado dissesse se é verdade, ou não, que entre janeiro e março a evolução foi, em contabilidade pública, de mais de 1100 milhões de euros de excedente para um défice de 259.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

É verdade, ou é mentira, que o Governo anterior usou mão da dotação provisional do Ministério das Finanças e utilizou cerca de 50 % dessa capacidade?

*Protestos do PS.*

É verdade, ou não, que aprovou, desde 7 de novembro, 116 resoluções, 42 das quais não tinham cabimentação na Direção-Geral do Orçamento?

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Não se esforce, não vale a pena!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade ou não que, nos primeiros três meses deste ano, tiveram, de despesa extraordinária, 1080 milhões de euros, 946 milhões dos quais depois das eleições?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Essa é que era a discussão. O Sr. Deputado quer levar a discussão para outro campo, um campo mais teórico.

*Protestos da Deputada do PS Susana Correia.*

O Sr. **Presidente**: — Agradeço que termine, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sobre o IRS, Sr. Deputado, nós temos toda a disponibilidade, mas há uma coisa que não aceitamos fazer, e que era aquilo que o Partido Socialista fazia no Orçamento: que o 6.º escalão de IRS tenha uma diminuição de zero. Isso não aceitamos.

*Protestos do PS.*

A nossa proposta já é suficientemente atrativa, mesmo assim, para a sua linha de pensamento,...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque propomos, no 6.º escalão, uma diminuição de cerca de metade daquela que opera no 2.º, no 3.º e no 4.º.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, não posso dar-lhe mais tempo.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Finalmente, só mesmo para terminar, Sr. Presidente, sobre habitação,...

O Sr. **Presidente**: — Não posso, Sr. Primeiro-Ministro, em termos de igualdade.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... ainda teremos muitas ocasiões de discutir esse tema.

Há uma coisa que não farei, até porque já é uma impossibilidade física: não vou prometer que nos 50 anos do 25 de Abril todos os portugueses tenham acesso a uma casa digna, porque isso foi o que fez o Sr. Deputado, o meu antecessor, e não cumpriram rigorosamente nada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Está compreendido, Sr. Primeiro-Ministro.

Aproveito para dar a conhecer à Câmara que estão presentes alunos e professores do Agrupamento de Escolas Dr.<sup>a</sup> Laura Ayres, de Quarteira; da Escola Secundária de Mem Martins, de Sintra; Escola Secundária da Amadora; Escola Secundária de Sá da Bandeira, de Santarém; Escola Secundária Emídio Navarro, de Almada; Escola Básica de São Gonçalo, de Torres Vedras; Escola Secundária Madeira Torres, de Torres Vedras; Universidade Sénior de Mação; CENFIM — Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica, de Lisboa; Escola Básica Eugénio de Andrade, do Porto; Escola Secundária Helena Cidade Moura e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa, que estão a assistir ao nosso Plenário.

*Aplausos gerais.*

Tentarei também que as tolerâncias que irei dar sejam equitativas, para equilibrar, mas peço a atenção dos Srs. Deputados para o facto de que estamos entre os 21 segundos e 1 minuto de tolerância.

Vou dar a palavra — se derem condições para que o faça — ao Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento-o, bem como a todos os membros do Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, vamos convir numa coisa. Não foi um grande início aquele que o Governo mostrou nos primeiros dias da Legislatura. Não foi, porque o Governo prometia um choque fiscal e também um plano fantástico para a saúde dos portugueses, mas sobre isto tivemos uma nota.

Há uns dias, o Grupo Parlamentar do PSD, que sustenta o Governo, marcou um debate sobre o estado da saúde, só que não trouxe nenhuma proposta para a saúde,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... trouxe apenas um debate sobre o estado da saúde. Ora, isto é bem exemplo do que tem sido o seu Governo: medidas para daqui a 20 anos, coisas que não acontecem, planos de emergência, resolução de problemas a prazo.

Portanto, gostava de lhe deixar perguntas sobre o seguinte: no debate que teve comigo, na RTP, o Sr. Primeiro-Ministro disse-me: «Não tenha dúvidas, Deputado André Ventura, é para avançar nos primeiros dias. A saúde vai mesmo ser resolvida!»

Passaram 10, 15, 20,... estamos a caminho dos 60 dias,...

*Risos do PSD e do CDS-PP.*

... estamos a caminho dos 60 dias!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foram 10 dias! O Deputado André Ventura está perdido!

*Risos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Srs. Deputados, sei que ouvir falar da ineficácia do vosso Primeiro-Ministro custa, mas têm que ouvir, também!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Foram 10, 20 dias!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, explique-nos lá o que é que vai fazer na área da saúde.

*Risos do PSD.*

Não se riam, porque quem está em casa a ver não acha graça!

*Aplausos do CH.*

As listas de espera continuam a aumentar no País inteiro.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Primeiro-Ministro disse que em 60 dias ia ter um plano de emergência que ia resolver tudo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ah!... Ah!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas as listas de espera não param de aumentar. Portanto, em vez de estar a criar desvios com assuntos menos importantes, diga lá ao País qual vai ser o plano. Diga-nos o que vai fazer!

Sei que quem nos está a ver está preocupado com estas perguntas: «Porque é que a minha consulta não existe?», «porque é que o meu pai não consegue ser operado?», «porque é que a minha mãe não consegue ser operada?», «porque é que não tenho dinheiro para pagar medicamentos?»

**Vozes do CH:** — Muito bem!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — É isto que eles queriam saber e era a isso que você tinha de responder!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas depois — convenhamos também —, o Sr. Primeiro-Ministro disse que ia trazer um choque fiscal ao Parlamento. De facto, ficámos chocados com o vosso choque fiscal, porque quem ganha 1000 € iria beneficiar de 1,08 €. Ó Sr. Primeiro-Ministro, realmente, é um choque. Quem está a ver-nos fica chocado!

*Risos do CH.*

E pensa: então?!... Quer dizer, tanta conversa, tanta conversa, tanta conversa,...

*Aplausos do CH.*

... e trazem-nos...

*Protestos do PSD.*

Não, não, não! É importante que o País saiba isto. Choque fiscal de Luís Montenegro: 1000 € dá 1,08 €. Ouçam, isto nem dois cafés paga! Nem dois!

*Protestos do PSD.*

Sr. Primeiro-Ministro, é verdade! Nem dois!... Mas o Sr. Primeiro-Ministro diz que não.

Falemos da classe média. Vamos lá ver qual é o salário médio bruto em Portugal: 1505 €. Repito, 1505 €. Sabe qual é o alívio fiscal para alguém que ganha 1500 €, Sr. Primeiro-Ministro? É de 4,06 €.

Meus senhores, vamos lá ser sérios! Vamos lá ser sérios com os portugueses!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está muito enganado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os senhores não trouxeram nenhum alívio fiscal. Os senhores o que trouxeram foi um remendo fiscal fraudulento, que quiseram vender aos portugueses.

*Aplausos do CH.*

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, vou-lhe dizer aqui, cara a cara: não vale a pena andar a mandar outras pessoas falar comigo ou falar com o Chega. Não vale a pena! Vou-lhe dizer porquê. Porque o Chega nunca fará nenhum acordo, nunca fará nenhum entendimento que não tenha esta premissa como básica: quem ganha menos tem de ser mais beneficiado, porque os ricos safam-se a si próprios!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não precisam de nós para os safar. Os ricos safam-se a si próprios!

*Aplausos do CH.*

Os ricos safam-se a si próprios!

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Paulo Núncio**: — O PS também diz isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O PS também diz isso! Isso é socialismo puro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, tenho duas perguntas, sobre saúde e IRS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É socialismo puro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sei que a «linha de Cascais» está chateada, mas aguardem um pouco. Aguardem um pouco.

*Risos do CH.*

O que lhe peço, Sr. Primeiro-Ministro, é o seguinte: sobre IRS e saúde, deixe-se de conversa e dê uma resposta aos portugueses! Quem nos está a ver é isso que quer saber.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder às perguntas, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, num debate consigo é muito difícil «deixarmo-nos de conversa», porque o senhor não faz outra coisa a não ser conversar e desconversar.

*Aplausos do PSD.*

Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte: o Sr. Deputado, que tem formação e até tem percurso profissional na área da fiscalidade, sabe muito bem que o IRS é, ele próprio, um imposto progressivo.

**Vozes do PS**: — Não, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sabe igualmente que a proposta que apresentámos ao Parlamento é, também ela, progressiva, já que tem, naquilo que é a diminuição global em cada um dos escalões, uma diminuição mais acentuada nos rendimentos mais baixos e menos acentuada nos rendimentos mais altos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não percebe nada de Fiscal!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não é assim!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Qual é a diferença da proposta do Governo para a proposta do Partido Socialista, que, de resto, consta do Orçamento do Estado em vigor?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não percebe nada! Nadinha!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É que, para o Partido Socialista, os rendimentos suscetíveis de poderem ter um alívio do ponto de vista fiscal têm um teto de 1300 € em termos líquidos.

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

Eu pensava que o Chega era contra este socialismo, mas hoje estou a aperceber-me de que o Chega está muito mais próximo do Partido Socialista do que o que parece!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Até lhe digo mais, Sr. Deputado: estive a ver as vossas propostas...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Nós sabemos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Boas propostas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e é muito curioso que, do ponto de vista dos princípios, a proposta que o Chega apresentou até não é muito desconforme com o que são os objetivos do Governo. Depois, é evidente que, à sua boa maneira, é um mãos-largas e, portanto, é tudo em dobro, porque há dinheiro para tudo — é a sua forma de estar e de propor, que respeito, e os eleitores depois apreciarão.

Ou seja, do ponto de vista da filosofia da intervenção na nossa legislação fiscal, o princípio até era relativamente coincidente, só que o Sr. Deputado deixou-se enamorar por qualquer argumento que no Parlamento lhe terão apresentado e hoje, efetivamente, tem uma política fiscal mais próxima da do Partido Socialista do que da do Partido Social Democrata e do CDS.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É o que posso concluir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exato! Ora bem!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, Sr. Deputado, não despreze as 300 000 famílias portuguesas que têm um rendimento que se enquadra no 6.<sup>o</sup> escalão do IRS. É verdade que também propusemos uma descida nos 7.<sup>o</sup> e 8.<sup>o</sup> escalões, mas são muito residuais. Onde essa descida tem alguma substância é no 6.<sup>o</sup> escalão.

Assim, a pergunta que lhe devolvo é esta: os Srs. Deputados do Chega entendem, como o Partido Socialista, que o alívio da carga fiscal deve incidir apenas até ao 5.<sup>o</sup> escalão, ou estão disponíveis, efetivamente, para materializar uma descida para estes rendimentos, que são os da classe média, são os dos jovens que estão hoje a entrar no mercado do trabalho e que estão a ser fustigados por dificuldades em todas as áreas das suas vidas e ainda têm que pagar impostos com uma carga fiscal que não é comparável com aquela que lhes é oferecida noutros países?

Depois, Sr. Deputado, agradeço a sua curiosidade, por um lado, e o seu nível de exigência com este Governo. Sinceramente, agradeço-lhe. Só alguém que confia muito na capacidade deste Governo poderia pedir-lhe que em 30 dias apresentasse um programa de emergência transversal para o nosso sistema de saúde, que não foi levado a cabo em 3050 dias.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Deputado André Ventura está, mais uma vez, mais socialista do que os socialistas!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Deputado André Ventura tem hoje para com o Governo uma atitude que é muito difícil de compreender, à luz dos princípios que enunciou na campanha eleitoral.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, enfim, as coisas são o que são.

Sr. Deputado, só vai ter de esperar mais duas semanas, no máximo. Portanto, garanto-lhe que daqui a duas semanas, no máximo, o Sr. Deputado e o País vão conhecer o programa de emergência para a saúde que vamos apresentar, e que tem incidência, é verdade, na recuperação dos tempos para a realização de consultas, de cirurgias — em particular, das mais problemáticas: as cirurgias oncológicas —, que tem um foco especial numa área fundamental que é a obstetrícia, e que tem um plano para se poder dar uma resposta de medicina familiar a todos aqueles, que são cerca de um milhão e meio de portugueses, que não têm hoje médico de família. Portanto tem todas essas respostas.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Cuidado com isso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cuidado, olha o *Polígrafo*!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas também lhe quero dizer que o programa de emergência é muito importante, mas é de emergência, não é ainda a transformação estrutural do nosso sistema de saúde. Para isso, o Governo vai aproveitar esta Legislatura para, de uma vez por todas, perdermos os complexos ideológicos que têm sido um travão a termos uma reforma no Serviço Nacional de Saúde e no nosso sistema de saúde que seja capaz de oferecer cuidados e acesso a quem verdadeiramente dele precisa.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos da Deputada do PS Susana Correia.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, tenho muito gosto em poder facultar-lhe, no primeiro minuto, um exemplar do nosso programa de emergência e de todas as iniciativas legislativas relevantes que tivermos na área da saúde. Faço até questão que haja um contacto do Governo com os grupos parlamentares, nomeadamente com o seu, para poder colher os seus contributos, para que não seja só a sua conversa, mas também as suas soluções a trazer aquilo que importa à vida das pessoas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra, para formular perguntas, ao Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o Chega não se tornou mais próximo nem do PS, nem do PCP, nem da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Pois não, já lá estava!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Primeiro-Ministro, o Chega tornou-se próximo dos portugueses!

*Aplausos do CH.*

Destes portugueses! Estes, está a ver?

*Entretanto, elementos do público presentes nas galerias levantaram-se para sair da Câmara.*

Olhe, estes portugueses que se levantaram quando o senhor começou a falar. Está a ver?

*Risos e aplausos do CH.*

Estes portugueses que se levantaram quando começou a falar.

*Risos e aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

*Elementos do público presentes nas galerias ficaram parados e alguns voltaram a sentar-se.*

Está a ver? E agora sentaram-se novamente.

*Risos e aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

Olhe! Pararam!

*Alguns elementos do público presentes nas galerias acenaram na direção do Hemiciclo.*

Olhe, olhe, olhe! Está a ver? Está a ver? É assim! O Chega é isto! Está a ver? Pararam ali! Olhe! Está a ver? Está a ver? Pararam!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

Ó Sr. Primeiro-Ministro, é o que é! É o que é! A vida é o que é, e nós devemos ver assim. Obrigado!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vou interromper neste momento.

*Protestos do PSD e da IL e contraprotestos do CH.*

Vou interromper, Sr. Deputado André Ventura, e até vou consultar o Regimento, porque, de acordo com o Regimento, os Deputados falam para os outros Deputados, não falam para as galerias, nem para o público.

*Aplausos do PSD e da IL.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de dizer isso ao Rui Tavares!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Isso está no Regimento, sim senhor!

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, agradeço as palmas, mas não é para haver palmas, é unicamente para mantermos o decoro democrático, que creio que beneficia a todos e beneficia também a imagem que damos a quem nos está a ver.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Passe à frente! Isso é o que ele quer! Ele quer é circo!



O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mas ao Rui Tavares deu mais um minuto e meio!

O Sr. **Presidente**: — Creio que o Sr. Deputado André Ventura compreende exatamente aquilo que estou a dizer, portanto pedia que houvesse abstenção desse tipo de diálogo para as galerias.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Compreendo perfeitamente, Sr. Presidente da Assembleia, e estou a par do Regimento, mas o povo português entusiasma-me demasiado e sinto um enorme entusiasmo pelo povo português.

*Aplausos do CH.*

Sr. Primeiro-Ministro, o que não podemos compreender é que o senhor ache que é mais próximo do PS, do Bloco ou da Iniciativa Liberal baixar o custo de portagens quando me disse a mim que achava que devíamos baixá-las! Sabe o que é isso?! Hipocrisia!

*Aplausos do CH.*

Diga lá às pessoas do interior que não vamos baixar portagens! Diga-lhes lá! Diga-lhes lá!

É que ter aqui os Srs. Deputados a dizer que não e a fazer isto é tudo *ok*; agora, a quem vem da Guarda, de Viseu, do Algarve, que sabe o que é pagar portagens, os senhores prometeram baixar as portagens e, no primeiro dia que vêm ao Parlamento, queriam uma resolução para daqui a não sei quantos anos.

**Vozes do PSD**: — E baixaram!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ou disseram que era preciso um choque fiscal, e queriam que os mais ricos beneficiassem dele! Isso não é ser próximo do PS, do PSD, do PCP ou da Iniciativa Liberal. É ser próximo dos portugueses.

Aliás, Sr. Primeiro-Ministro, aproveito para lhe perguntar sobre as polícias. Olhe, a propósito de hipocrisia, tenho aqui a notícia que diz o seguinte: «Candidato a Primeiro-Ministro, Luís Montenegro: “Concordo com as reivindicações dos polícias contra a injustiça deste Governo”».» Palavras de Luís Montenegro, já como Primeiro-Ministro: «Não vale a pena alimentar cenários irrealistas, porque há muitos milhares de prestadores de serviço público na mesma circunstância.»

Ó Sr. Primeiro-Ministro, desculpe-me estar a olhar ali para cima outra vez, mas olhe para estes homens e mulheres — que foram injustiçados — na cara e diga-lhes que não vai fazer nada por eles!

*Aplausos do CH.*

Diga-lhes que não vai fazer nada por eles!

É que todos os dias temos polícias descontentes, professores descontentes, profissionais de saúde e médicos descontentes, oficiais de justiça descontentes. Não sei a quem é que o senhor agradou nos últimos 30 dias, provavelmente só à sua família e ao seu partido, porque não agradou a mais ninguém.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Portanto, desculpe, mas vou perguntar-lhe isto: o que é que vai fazer pelos polícias e pelas forças de segurança?

Hoje era um bom dia para deixar um compromisso neste Parlamento, em vez de pôr metade da bancada só a acenar com a cabeça.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Tenha mais respeito! A acenar com a cabeça?!

*Protestos de Deputados do CH e contraprotestos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, só dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro quando tivermos reunido as condições necessárias para tal. Até lá, não dou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o PSD que não deixa falar!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, permita-me que comece por lhe dizer que não tenho sobre mim próprio o culto da personalidade que o Sr. Deputado tem sobre si.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Nem conseguia!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Admito que, nestas galerias, estejam cidadãos portugueses que votaram em várias forças políticas e admito que todos os 230 Deputados que aqui estão, bem como os membros do Governo — que aqui estão também —, tenham uma relação de proximidade grande com todos os portugueses.

Mas quero dizer-lhe uma coisa: se o critério que V. Ex.<sup>a</sup> utiliza para aferir a proximidade entre os políticos e o povo é o dos votos, então, aquele que nesta Câmara tem mais legitimidade para ser próximo sou eu, não é o Sr. Deputado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

Falando em termos de votos, é o líder da coligação que ganhou as eleições quem terá mais proximidade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o CDS?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

Tenho muito respeito pelo trabalho político de todos...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O CDS não conta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e tenho respeito pelos momentos em que as forças partidárias ganham mais apoio popular e por aqueles momentos em que o perdem. Vai acontecer a todos. Talvez o partido do Sr. Deputado esteja numa trajetória ascendente que um dia vai também ser descendente, só não sabemos quando, mas logo se verá.

Há uma coisa que o Sr. Deputado tem de convir: já se tem enganado algumas vezes. Quando, há cerca de mais ou menos um ano, numa entrevista eu disse que não faria um acordo de governação consigo, o Sr. Deputado disse que, até o final daquele ano, os estudos de opinião iriam mostrar que o Chega iria ultrapassar

o PSD e ficar à frente. Foi um desejo que emitiiu como uma profecia, uma inevitabilidade, mas olhe que não teve razão!

**Vozes do CH:** — Ainda!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — E a proximidade do povo português continuou a ser em relação ao PSD e ao CDS, a esta coligação, facultando-nos uma vitória eleitoral que nos permite estar hoje aqui a governar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Que isto fique muito claro, por mais números que o senhor faça com os cidadãos que querem vir assistir a estes debates.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

E deixe-me dizer-lhe, quanto à questão das portagens,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — E das polícias!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... que percebi que o Sr. Deputado perdeu aqui imenso tempo e teve alguma dificuldade em justificar-se.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está no nosso programa!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Aliás, estava aqui até um bocadinho, enfim, agradado com a circunstância de o Sr. Deputado estar com dificuldade — porque é difícil, de facto! — em justificar o seu comportamento nesse domínio.

Mas deixe-me dizer-lhe que temos, sobre esse assunto e sobre as polícias de que falarei depois, uma visão de responsabilidade. Sim, é preciso tratar com discriminação positiva os territórios de baixa densidade, mas também é preciso ter uma política transversal de mobilidade, de transportes — e falaremos brevemente sobre isso.

Quanto à questão das polícias, estamos à mesa das negociações, neste momento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fazem bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Estamos, com lealdade, com franqueza, com frontalidade, a tentar estabelecer um compromisso e vamos respeitar os legítimos — repito, os legítimos! — representantes das polícias, que são as suas organizações sindicais e associativas, não é o Sr. Deputado! O Sr. Deputado gosta de se apresentar como tal, mas o Sr. Deputado não é o representante das polícias portuguesas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Dou, de novo, a palavra, para formular perguntas, ao Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não sou o representante das polícias, mas sei uma coisa: não lhes teria feito tão mal como PSD e PS lhes fizeram nos últimos anos.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Fale para as bancadas!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E fez-lhes mal ao dizer-lhes que ia fazer alguma coisa, quando agora, afinal, já não vai fazer.

Aliás, era um bom dia para explicar no Parlamento os critérios que levaram à exoneração do Diretor Nacional da PSP (Polícia de Segurança Pública). É que se o Primeiro-Ministro pensa que pode levar a cabo uma purga, no Estado,...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eh...!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quando os do seu partido não concordam consigo, o senhor é que faz purgas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chiu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... dos que não concordam com o PSD ou dos que têm ligações a quaisquer movimentos ou partidos, é um mau sinal de democracia.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e contraprotestos dos Deputados do CH Pedro Pinto e Rita Matias.*

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me fazer-lhe uma última pergunta, que tem que ver com imigração.

*Continuação dos protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e contraprotestos dos Deputados do CH Pedro Pinto e Rita Matias*

Disse o Sr. Primeiro-Ministro...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Srs. Deputados...

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado André Ventura, sou eu que dirijo os trabalhos.

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

Nesta matéria, em relação aos outros Deputados, sou eu que me pronuncio.

Posto isto, se aqui da Mesa não se consegue ouvir, imagino o que se passará nas galerias e com os outros Srs. Deputados, no Hemiciclo.

A democracia é ouvirmo-nos uns aos outros, por isso, Sr. Deputado André Ventura, faça favor de continuar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Primeiro-Ministro diz que teve mais votos e que «não é não». Se calhar por isso é que teve a vitória mais curta de sempre da história da democracia.

*Aplausos do CH.*

Já foi por isso que não conseguiu ter uma vitória diferente da de Rui Rio, porque andou com a conversa do «Ai, não é não, não é não.» E agora?

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Propostas aprovadas no Parlamento: zero!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E o Chega vota com o PS!

O Sr. **André Ventura** (CH): — «Não é não» e zero coisas aprovadas no Parlamento!

Ó Sr. Primeiro-Ministro, nós somos diferentes nisso. Eu colocaria o País primeiro e o ego a seguir; o Sr. Primeiro-Ministro coloca o ego primeiro e o País a seguir! Essa é a diferença.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Votem com o PS!

*Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.*

*Aplausos do CH.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Essa é a diferença que as pessoas conhecem e sabem que existe.

Mas tenho uma última pergunta para si, Sr. Primeiro-Ministro, e gostava que respondesse com brevidade. Sobre o tema da imigração, o Sr. Primeiro-Ministro disse que não queria portas escancaradas, mas isto continua uma balbúrdia de todo o tamanho, com pessoas a entrar de qualquer maneira, sem qualquer critério ou regra. Diga-me lá, olhos nos olhos: o que é que vai fazer?

É que se é para fazer o mesmo que o Deputado Pedro Nuno Santos faria, então, honestamente, não vale a pena fazer muita coisa. Ou nós controlamos a imigração ou isto é uma balbúrdia a céu aberto que eu não vou tolerar e o Chega não vai tolerar.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra, para responder, ao Sr. Primeiro-Ministro, que tem 6 segundos e mais 20 de tolerância.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, de facto, o Sr. Deputado tem uma conceção da responsabilidade do exercício das funções políticas e parlamentares muito peculiar, porque o «não é não» justifica, para si, todos os seus posicionamentos sobre os assuntos que dizem respeito à vida das pessoas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Acho isso intolerável do ponto de vista político. Acho isso mesmo infantil, imaturo. Não está à altura da responsabilidade de representação dos interesses das pessoas!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem mais 6 segundos de tolerância, por causa das palmas, mas pedia-lhe, por favor, que terminasse.

*Risos do CH.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, conluo, em 6 segundos: partidos dentro da polícia, não, obrigado. Quanto à questão da imigração, vamos mudar regras brevemente.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Agora é que é!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para formular perguntas, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, 30 dias depois, a sua ação pelos jovens portugueses pode ser resumida em dois pontos.

O primeiro é que tem uma ministra que corta-fitas, que anda de evento em evento, de inauguração em inauguração,...

*Protestos do PSD.*

... que nos enche de palavras que aquecem o coração, mas, no fim do dia, mantém os bolsos dos jovens portugueses como estão: vazios.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — O segundo ponto é que conhecemos a sua lista de intenções, que é, em tudo, igual ao programa eleitoral e ao trabalho parlamentar do Chega, mas com uma distinção: é que o original é sempre — mas sempre! — melhor do que a cópia.

*Aplausos do CH.*

Repare: garantia pública para financiamento bancário para os jovens, isenção de IMT (imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis) e imposto do selo para os jovens até aos 35 anos — que, na sua campanha, era para todos, mas agora é só para alguns —, mais...

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Vêm agora propor a reformulação do Porta 65, mas, quando o Chega a propôs, abstiveram-se.

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Fazem agora um programa de emergência para alojamento estudantil — tudo isto previsto para daqui a 15 dias, portanto, lá para junho —;...

*Protestos do PSD e da IL.*

... depois, para setembro, propõem a disponibilização de mais 18 000 camas para estudantes do ensino superior — uma promessa do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem mesmo de concluir.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Propõem ainda IRS Jovem — e vou mesmo concluir, Sr. Presidente —, em 2025,...

O Sr. **José Moura Soares** (BE): — Já passou o tempo!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — ... quando aquilo que os jovens portugueses querem saber é: até quando, Sr. Primeiro-Ministro?

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não é possível nem ouvi-la, nem dar a palavra.

Já dei, para acalmar a bancada do Chega, mais de 50 segundos de tolerância, portanto não posso dar mais, Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque não posso ir em contínuo. Não posso dar mais tempo, tem mesmo de terminar.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, vou mesmo concluir, perguntando...

O Sr. **Presidente**: — Não quero levantar nenhum problema, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — ... até quando é que os jovens portugueses vão ouvir promessas atrás de promessas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Os jovens portugueses querem respostas para hoje, Sr. Primeiro-Ministro! Para hoje!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, recordo só,...

*Protestos do PSD.*

... se o PSD me deixar, que há pouco o Sr. Primeiro-Ministro falou 1 minuto e 40 segundos a mais.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Falou 1 minuto e 40!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o Sr. Presidente começou, aos 30 segundos de ultrapassagem do tempo, a interromper a Deputada Rita Matias, sem a deixar falar.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Já foi muito tempo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Portanto, se o Sr. Primeiro-Ministro falou 1 minuto e 40 a mais, não há problema nenhum! O debate democrático é isto e a nós não nos faz confusão falarmos 1 minuto a mais, 1 minuto e 10 ou 1 minuto e 20 a mais. Não é isso que nos faz confusão.

*Risos do Deputado do L Rui Tavares.*

Mas o critério tem de ser igual para todos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se o Sr. Primeiro-Ministro falou 1 minuto e meio a mais, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias não pode ser interrompida sistematicamente a partir dos 30 segundos.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se há tranquilidade que tenho é a de que faço a gestão do tempo de forma equilibrada e não há ninguém que possa, sequer, acusar-me de não o fazer; tenho a certeza disso. Tenho a minha consciência muito tranquila e faço a ponderação média dos tempos.

Não vai ser em função do último a falar que vou calcular o tempo de tolerância a dar. E se todos respeitarem as indicações que dou, no sentido de terminarem, com certeza que a condução dos trabalhos será mais fácil e que os Srs. Deputados terão todos tempo suficiente para poderem expressar as vossas ideias.

Portanto, peço que tenham atenção ao tempo, para que não se criem estes incidentes, que são absolutamente desnecessários.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é incidente, faz parte!

O Sr. **Presidente**: — Entretanto, informo que o Partido Social Democrata cedeu ao Governo 1 minuto e 30 segundos do seu tempo, pelo que peço ao Sr. Primeiro-Ministro para, dentro desse tempo, fazer o favor de responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias, quero agradecer as suas questões. Elas denotam uma impaciência que, já vi, é transversal a toda a bancada do Chega em querer obter respostas imediatas sobre todas as questões da governação.

Tenho de confessar, humildemente, a minha incapacidade de fazer, em 30 dias, muito mais do que aquilo que fomos capazes de fazer. Sabe porquê, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

É que, em 30 dias, avançámos com a decida do IRS; avançámos com a eliminação — que interessa muito aos jovens! — do rendimento dos filhos como condição para os idosos poderem ter acesso ao complemento solidário para idosos...

*Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

... e aumentámos o valor de referência; conseguimos iniciar todas as negociações, que o Sr. Deputado André Ventura há pouco mencionou, com professores, com forças de segurança, com servidores públicos na área da justiça, na área da saúde; conseguimos decidir a localização do novo aeroporto de Lisboa e...

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... determinar as obras para aumentar a capacidade do aeroporto Humberto Delgado; conseguimos dar sequência ao projeto da terceira travessia do Tejo e da ligação de alta velocidade de Lisboa a Madrid; tivemos ocasião de apresentar 30 medidas concretas no plano da habitação, com uma nova estratégia. Estamos a fazer tudo isso.

E, na próxima semana, Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias, teremos um Conselho de Ministros exclusivamente dedicado às questões da juventude.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Só na próxima semana?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É só na próxima semana? Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, não conseguimos fazer tudo na mesma semana!

*A Deputada Rita Matias mostrou um calendário ao Sr. Primeiro-Ministro.*

Temos um calendário, temos todos os nossos membros do Governo a trabalhar e vamos dar resposta.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, confesso: não vou entrar consigo na discussão de quem é que apresentou primeiro uma proposta ou outra. Notei uma adesão da sua parte aos eixos da política de juventude deste Governo,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, sim!



O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... portanto, o que posso esperar é que, se houver alguma apreciação parlamentar de ações legislativas, de instrumentos que o Governo possa aprovar, teremos o seu apoio — e o seu apoio entusiasta —, mesmo que queira reivindicar a maternidade de algumas dessas ideias.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Dependel!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, relativamente à gestão dos tempos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, muito brevemente, parece-nos que, até hoje, não tem havido a praxe, como a que se verificou há instantes, de transferência de tempo de um grupo parlamentar para o Governo poder responder, e parece-nos que assim deve ser, porque os tempos são todos em espelho.

Ou seja, os 11 minutos que um grupo parlamentar tem correspondem a 11 minutos do Governo. E se houver transferência de tempos entre fases diferentes e intervenientes diferentes, isso geraria potencialmente um desequilíbrio, porque sistematicamente...

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

... um grupo parlamentar pode despejar todo o seu tempo no Governo e desequilibrar a conta. Pensamos que, posteriormente, a matéria deveria ser avaliada em Conferência de Líderes e pedíamos que, no decurso deste debate, se mantivesse a praxe de sempre, que é, de facto, o espelho ser esse: 11 minutos para perguntas, 11 minutos para respostas. É a igualdade de armas,...

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... é a praxe no Plenário...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Claro!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... e também tem sido assim em comissão.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa no mesmo sentido, sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estou completamente disponível para abordarmos este tema na Conferência de Líderes, mas creio que, em todos os debates em que tenho participado recentemente, e nas anteriores Legislaturas em que fui Deputado, há a praxe parlamentar de ceder tempo ao Governo em vários debates. Designadamente, fi-lo no debate do Programa do Governo, sem nenhuma objeção das restantes bancadas. Não é nada que viole o Regimento, mas estou evidentemente aberto a essa conversa na Conferência de Líderes.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza que o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves quererá responder, mas deixe-me só dizer o seguinte, que talvez atalhe: efetivamente, a interpretação da Mesa foi no sentido do que o Sr. Deputado Hugo Soares aqui referiu, pois entendeu que a praxe era assim e fê-lo desta forma.

Portanto, em Conferência de Líderes iremos avaliar, mas neste momento, como fizemos e indicámos ser esta a nossa interpretação, assim será. Se, na Conferência de Líderes, entendermos que esta interpretação não é a que deve ser seguida, assim faremos, e definiremos como é que isso se irá fazer, para futuro. Assim, creio que a situação ficará esclarecida.

Está certo?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, permita-me uma breve nota, para encerrar hoje o debate e retomá-lo mais tarde. A única razão pela qual penso que o Sr. Deputado Hugo Soares não está correto, com todo o respeito, é que os tempos do Governo são sempre «zerados» no final de cada debate e, portanto, o tempo é sempre recarregado.

Por esse motivo é que não há uma manutenção do debate com os mesmos tempos, distribuídos ao mesmo tempo, pois ele é dinâmico. O tempo do Governo, quando esgotado, regressa ao tempo equivalente ao dos grupos parlamentares e, por isso, não é sempre igual, é de 11, é de 6, é de 3,5 minutos, consoante o caso. Mas, evidentemente, abordaremos a questão na Conferência de Líderes.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua compreensão.

Para formular uma pergunta, tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não posso deixar de fazer um comentário relativamente a algumas posições que tivemos ao longo deste debate, que consistem, em bom rigor, em colocar anátemas em quem ganha um pouco mais, ainda por cima quando esse pouco mais é bastante menos do que aquilo que deveria ser num país desenvolvido, como aquele a que todos aspiramos.

Portanto, esse anátema tem duas partes que me fazem, de facto, ficar bastante incomodado.

Primeiro, parece que quem consegue um pouco mais na vida fez alguma coisa que justifica que seja apontado a dedo. Eu acredito numa sociedade que se desenvolve pelo esforço, pelo trabalho, pela capacidade e que, obviamente, quem tem esse esforço e esse trabalho deve ter uma compensação justa por esse esforço que fez.

**Vozes da IL**: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Logo, este é um primeiro problema.

Mas ainda há um segundo problema nestas posições que unem a bancada do Chega à esquerda mais à esquerda do PS: é que parece que as pessoas que ganham hoje menos nunca na vida poderão ganhar mais. E, portanto, têm de ficar a vida toda nessa posição e não podem aspirar a mais.

*Aplausos da IL.*

Portanto, quando dizemos que quem quer subir pelo seu trabalho tem direito a subir pelo seu trabalho e tem de ter direito a um país onde se sobe pelo seu trabalho, estamos a falar de todos daqueles que já ganham um pouco mais e daqueles que, não ganhando, aspiram legitimamente a ganhar mais. Portanto, essa era a primeira questão que eu queria, enfim, manifestar aqui.

Agora, falemos de coisas concretas. Precisamente porque é assim, Sr. Primeiro-Ministro, nós olhamos para o País e temos esta discussão miserável em que, na verdade, estamos a dizer se há um alívio de 1,8 €, se há um alívio de 3 € ou se há um alívio de 4 €.

Vou-me reportar à proposta de alívio fiscal do Governo para 2024, não para as outras, mas para 2024. Fiz as contas e continuo a dizer que quem ganha até 1500 € brutos — e, enfim, já estou a ser bastante benigno — não tem um alívio superior a 10 €. E estou a ser benigno!

Portanto, queria que o Sr. Primeiro-Ministro comentasse, porque o que me parece fundamental é mesmo como é que transformamos este País? Que reformas vamos fazer neste País para que esse alívio fiscal, que é

muito diminuto, que não muda a vida a ninguém, possa, no futuro, trazer notícias diferentes? Isto para não estarmos nesta discussão miserável e estigmatizante de que se uns ganham um bocadinho mais já não podem ter um alívio, os outros também não podem — e estamos a falar de 2 €, 3 € ou 4 € por mês.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Exatamente!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Isso é que me parece, de facto, uma miséria!

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou agora a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, eu diria que estamos muito próximos, do ponto de vista da análise, relativamente aos efeitos que queremos que a política económica, dentro da qual se inscreve também a política fiscal, pode ter na vida das pessoas, proporcionando-lhes oportunidades de subirem na vida, de passarem de escalões mais baixos para escalões mais altos de rendimento.

É esse o propósito que as políticas públicas devem trazer em termos de igualdade de oportunidades e de materializar objetivos legítimos pelos quais muitas e muitos portugueses lutam diariamente, desde logo, os mais jovens, que têm percursos académicos cada vez mais longos, cada vez mais intensos, que os qualificam, e que querem, naturalmente, ter o retorno do esforço, do sacrifício que fizeram para a sua obtenção.

Por isso, apresentámos um modelo de intervenção fiscal que tinha e tem três grandes eixos no que diz respeito aos rendimentos sobre o trabalho. Em primeiro lugar, propusemos uma baixa generalizada dos impostos sobre o rendimento do trabalho, aproveitando uma parte, uma componente que está feita no Orçamento do Estado.

*Risos do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Aliás, o Sr. Deputado já me perguntou isso, aquando da discussão do Programa do Governo, e já tive a ocasião de lhe responder que o efeito é superior àquele que enunciou, porque o Sr. Deputado se está a circunscrever apenas, em alguns segmentos, ao acréscimo de diminuição que nós juntámos agora. No entanto, conseguimos ter, no cômputo geral, com grande impacto, uma diminuição da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho no 2.<sup>o</sup> escalão, no 3.<sup>o</sup> escalão, no 4.<sup>o</sup> escalão, no 5.<sup>o</sup> escalão, no 6.<sup>o</sup> escalão — sobretudo nestes, entre o 2.<sup>o</sup> e o 6.<sup>o</sup>, que são os rendimentos mais baixos e é a classe média.

Em paralelo, estamos ainda a diligenciar para tomar essa medida, mas está no Programa do Governo e vamos implementá-la, vamos trazer para um segmento etário, até aos 35 anos, um regime fiscal que, em cima deste, é ainda mais benéfico. Qual seja? O de todos os jovens até aos 35 anos pagarem um terço dos impostos que hoje lhes eram devidos em termos de rendimentos do trabalho.

Em cima disso, temos um terceiro eixo que é a isenção de tributação e de contribuições dos prémios de produtividade, de desempenho, até ao limite de um vencimento mensal. O que quer dizer que nós estamos, objetivamente, a valorizar o trabalho. Nós estamos a emitir à nossa sociedade, à nossa economia, um sinal de que vale a pena trabalhar e ter resultado com isso. Vale a pena procurar acrescentar mais valor à capacidade produtiva que cada um empresta nas suas várias atividades.

Se me perguntar se isto resolve, *per se*, todos os problemas que temos no País, direi que não resolve, mas o alívio fiscal é uma política económica importante para sermos mais competitivos e mais produtivos, e é também uma política social, porque traz mais justiça social à repartição dos rendimentos. Traz um acréscimo de rendimentos a uma franja da população que está hoje muito fustigada pelo aumento sucessivo da carga fiscal que aconteceu nos últimos anos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, penso que concordaremos que um aspeto determinante para que o País se possa transformar é o crescimento económico.

Enfim, no cenário macroeconómico que a AD (Aliança Democrática) apresentou ao País, que foi a sufrágio, está previsto, por exemplo, para 2025, um crescimento económico de 2,5 %.

Entretanto, as projeções mais recentes que conhecemos — uma delas ainda de hoje — apontam para um crescimento económico, na melhor das hipóteses, entre 1,9 % e 2 %. E a minha pergunta é a seguinte: neste momento, com as medidas que tenciona tomar, com o que conhece e com a informação que tem, mantém o objetivo do cenário macroeconómico com um crescimento de 2,5 % em 2025 ou vai ser obrigado a rever esse valor?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Rocha, respondendo diretamente: essas projeções foram feitas na base de um cenário de políticas invariantes e mantemos o nosso objetivo de percurso ao nível do crescimento da economia, que nos levará, no final da Legislatura, para um desempenho próximo dos 3,5 % em termos de taxa de crescimento e, sim, em 2025, dos 2,5 %.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem novamente a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, já citou as medidas que tem para portugueses com menos de 35 anos. Já falámos que isso tem a ver com o crescimento económico, com as reformas estruturais necessárias, mas eu queria insistir no seguinte: imagine a situação de um casal, um deles tem 32 anos, a outra pessoa tem 36, e têm dois filhos. Divorçam-se. Olhando para o IRS, a de 32 anos tem um alívio, mas a de 36 não tem.

Vamos até supor que a que tem 36 anos fica com a guarda dos filhos e precisa de uma casa nova, mas vai comprar uma casa e não tem isenção de IMT e não tem isenção de imposto do selo. Já a de 32 anos tem alívio do IRS, tem eventualmente isenção de IMT, de acordo com os valores que vierem a ser fixados, e, eventualmente, isenção de imposto do selo.

O que lhe queria perguntar é, mais uma vez, Sr. Primeiro-Ministro, que condições é que são necessárias no País, e se prevê ou não, nesta Legislatura, para que esta iniquidade — que na verdade o é, porque se uns não pagam, outros têm de pagar mais, seguramente — se resolva. Ou quando é que isto se vai resolver?

Isto porque eu não posso aceitar um país em que o imposto sobre o rendimento passe a ser um imposto sobre a idade, e que haja uma discriminação tão flagrante entre pessoas que,...

**Vozes da IL**: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... às vezes, até podem ter menos rendimentos, mas têm mais encargos e não fizeram nenhum mal ao País, Sr. Primeiro-Ministro.

Portanto, o que é que o País tem contra estas pessoas, ou, pelo menos, o que é que o País pode dizer a estas pessoas que constata essa iniquidade no seu dia a dia?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Rocha, de facto é uma discussão que nós já vimos travando há algum tempo e na qual temos uma divergência.

Independentemente do propósito até ser muito semelhante, a verdade, Sr. Deputado, é que, da parte do Governo, não há intenção de prejudicar ninguém,...

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Se uns pagam menos, outros pagam mais!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... nem nenhuma das medidas que eu anunciei prejudica. O que pode acontecer — e creio que será a leitura que quis aqui trazer — é que damos um benefício maior a uma franja etária face a outra franja etária. É verdade, e nós assumimos isso.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Assim, a receita cai!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já agora, deixe-me dizer, definimos o critério dos 35 anos, que é utilizado em muitos setores, precisamente para poder haver uma transição do início da vida profissional, do início de uma autonomia na vida familiar, etc.

Claro, o Sr. Deputado diz assim: «Mas entre os 35 e os 36, vai-se fazer uma diferença?» Vai. Na verdade, se quiséssemos modelar a medida integrando até aos 36 anos, passávamos a ter esse problema nos 37. Se fizéssemos nos 37, passávamos a ter nos 38.

*Protestos da IL.*

Daí que a questão que o Sr. Deputado suscita é a questão da política dirigida a um segmento etário em particular, e eu assumo-a. Quero aqui dizer que a assumo!

Eu entendo e o Governo entende que hoje Portugal precisa de um sobressalto para conseguir reter o talento que temos...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... para conseguir reter as qualificações que esta franja etária — entre os 20 e os 35 anos — tem e que estamos a perder sucessivamente para o estrangeiro.

Não podemos ser indiferentes a uma trajetória que ainda ninguém conseguiu inverter, mas vamos tentar tudo para a inverter e para não perdermos este capital humano para o exterior. Isto significa que abandonamos a franja dos 35 aos 45, ou dos 45 aos 55, ou dos 55 aos 65?

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Na prática, sim!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não! Não significa isso! Significa que, em política, é preciso fazer opções, é preciso assumir as opções e eu assumo as minhas.

O Sr. Deputado acha que não é possível fazer nenhuma diferenciação, do ponto de vista etário, relativamente aos impostos sobre o rendimento, mas nós achamos que sim. O Sr. Deputado acha que isto não tem efeito, mas nós achamos que sim. Olhe, vamos ter de experimentar e depois voltar a conversar.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Continua no uso da palavra o Sr. Deputado Rui Rocha.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de lhe colocar uma pergunta rápida sobre a TAP (Transportes Aéreos Portugueses).

Quando a TAP teve lucro, em alguns trimestres, registámos como a bancada do PS foi efusiva na celebração desses lucros. Entretanto, nos últimos dois trimestres, a TAP tem tido prejuízo. Não dou valor especial nem a uma coisa nem a outra, pois são questões estruturais, mas queria-lhe perguntar quais são os planos para a TAP, quando é que a privatização avança e em que termos.

Passo à segunda pergunta, para aproveitar esta minha última intervenção. Temos um grupo bastante alargado, com centenas de milhares de pessoas, de trabalhadores independentes e profissionais liberais que trabalham a recibos verdes, e, Sr. Primeiro-Ministro, lembro-me de que, há dois anos, o então Secretário de Estado Mendonça Mendes assumiu, nesta Casa, que havia uma enorme injustiça na retenção na fonte feita a estas pessoas, que é típica e genericamente de 25 %; e houve o compromisso de o PS rever as tabelas de retenção na fonte dos profissionais liberais e dos trabalhadores independentes que pagam 25 %.

Devo-lhe dizer que é francamente exagerada esta retenção. Em geral, os trabalhadores a recibos verdes têm resultados da sua atividade muito mais baixos e, portanto, esta retenção na fonte exagerada condiciona a capacidade de eles investirem na sua atividade, condiciona até a sua capacidade de proverem ao seu sustento. O que grande parte destas pessoas estão a fazer é a entregar ao Estado dinheiro a mais, a financiar o Estado sem nenhuma contrapartida e a afogar a sua atividade, a afogar a sua própria vida.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Portanto, para os trabalhadores independentes, do ponto de vista — e termino, Sr. Presidente — da retenção na fonte, da parentalidade, que está prevista no Orçamento do Estado para 2024, e também da isenção de IVA,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado!...

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Ainda temos tempo!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... que são propostas da Iniciativa Liberal, pergunto-lhe se vai ou não o Governo acompanhar a Iniciativa Liberal e tomar iniciativas para não termos trabalhadores a recibos verdes de segunda, face a outros trabalhadores dependentes.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para dar resposta, o Sr. Primeiro-Ministro tem 2 segundos, mais 20 segundos de tolerância. Agradecia a capacidade de síntese, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Rocha, sobre a TAP, ainda não temos calendário. Começámos pela questão do aeroporto, como se percebeu, e oportunamente falaremos sobre isso.

Sobre a questão dos trabalhadores independentes, creio que o grande problema não será propriamente a tabela de retenção na fonte. O grande problema são os pagamentos por conta, que são feitos com base nos rendimentos anteriores.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Esse é que é o problema, e numa outra ocasião poderemos aprofundar o tema.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra à Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, para perguntas.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a Vinci tem a concessão dos aeroportos portugueses por 50 anos e tem pretensões conhecidas sobre o novo aeroporto de Lisboa.

O Sr. Primeiro-Ministro mostrou-se ontem muito decidido e anunciou a localização do aeroporto — e bem, é uma decisão que tinha de ser tomada —, mas agora falta o resto. E o resto é sabermos quais são as contrapartidas para a Vinci da decisão que foi ontem anunciada, com pompa e circunstância.

E, portanto, pergunto-lhe: qual a relação da Vinci com a construção e exploração do novo aeroporto de Lisboa? Vão estender o prazo da concessão da Vinci, neste momento, sobre os aeroportos em Portugal? Vão permitir à Vinci alterar as taxas aeroportuárias? Vão reduzir as receitas que a ANA (Aerportos de Portugal), neste momento, entrega ao Estado, e que são na ordem de 2 mil milhões de euros?

O Sr. Primeiro-Ministro falou sobre falar claro, falar verdade. Tomou a decisão, anunciou a localização, digamos agora o resto dessa decisão em contrapartidas para a ANA.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, a resposta é simples: negociações com a Vinci e a ANA, neste caso, nenhuma até ao momento. Nenhuma.

Avançámos com todos os elementos que detínhamos ao nível do Governo e, naturalmente, vamos iniciar agora um processo negocial com a concessionária. Estamos no âmbito de um contrato de concessão, como muito bem referenciou, e temos de nos ater às cláusulas desse contrato.

Há prazos que estão a correr para uma pronúncia da concessionária, há elementos que vão ter necessariamente de ser partilhados, e não lhe posso estar a responder antecipadamente. Há uma coisa que é indiscutível: a decisão do Governo não teve nenhum, nenhum, nenhum condicionamento de ninguém, incluindo da concessionária.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro, sei que conhece o contrato de concessão, porque estava no Governo que privatizou a ANA.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não, não!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe também que, em 10 anos...

*Protestos do PSD.*

Era líder da bancada do PSD que apoiava o Governo que privatizou a ANA.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah!...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe bem que, em 10 anos, a ANA já recuperou em lucros o que pagou por uma concessão de 50 anos, e acabou de dizer que vai negociar esse contrato de concessão.

Por isso, o que lhe pergunto é simples: vai haver lugar a uma compensação da ANA por essa renegociação ou não vai haver lugar a uma compensação da ANA?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, eu não disse que íamos negociar o contrato, disse que íamos negociar com a ANA a execução das nossas decisões. Nós decidimos uma localização para o aeroporto, decidimos um volume de obras — quanto a algumas delas nem foi uma decisão, foi a confirmação de uma decisão do Governo anterior, sendo que outras foram um acrescento da

nossa parte — e elas agora terão de se materializar na relação contratual, evidentemente. Mas não vamos negociar a concessão a propósito disso,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ai vão, vão!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... vamos negociar a execução destas decisões.

Se me pergunta se isso tem impacto na concessão, com certeza que tem. Vamos ter de acertar com a ANA como é que se vai financiar a nova infraestrutura aeroportuária, Sr.<sup>a</sup> Deputada, isso é lógico. Vamos ter de o fazer e esperamos fazê-lo dentro daquilo que são as receitas próprias da concessão.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro, o que lhe pergunto é se vai haver contrapartidas para a ANA, e sobre isso não é capaz de nos responder.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Deu a boa notícia ao País, mas não é capaz de lhe dar a má notícia sobre que contrapartidas é que o Estado e os contribuintes vão pagar à ANA por este contrato.

A privatização da ANA, que foi feita pelo Governo do PSD e do CDS, não cumpriu o interesse público, e é o Tribunal de Contas que o diz. Sabemos ainda que do lado da ANA, como presidente, está José Luís Arnaut, que apoiou, aliás, o Primeiro-Ministro no congresso do PSD. E o que sabemos também é que não diz que contrapartidas vai negociar.

Por isso, tudo o que sabemos não nos deixa descansados face a futuras contrapartidas que vai pagar à ANA — e registo que também não clarificou esse assunto neste debate.

Não temos, também, nenhum tipo de descanso relativamente à habitação, porque a ideia que o Governo apresentou, há dias, num *PowerPoint*, é de uma cidade com alojamento local e habitação de luxo no seu centro e classes médias que são empurradas para as periferias da cidade, mas com bons transportes para virem trabalhar para o centro,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... que é ocupado por quem tem dinheiro.

Todas as medidas erradas durante a campanha, o Governo fez questão de manter, mas havia uma medida boa: há um ano, o PSD apresentou aqui a possibilidade de os contratos de habitação posteriores a 2011 deduzirem juros em IRS. Há uma semana, o Bloco apresentou essa medida, que baixou à especialidade com o voto contra do PSD. Por isso, em nome desse diálogo e dessa aproximação que o Sr. Primeiro-Ministro pediu hoje, pergunto-lhe se está disponível para se aproximar e para apoiar a proposta que defendeu, nem há um ano atrás.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, para fazer o favor de responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, eu queria que ficasse mesmo muito claro o seguinte: em primeiro lugar, a Sr.<sup>a</sup> Deputada utilizou várias vezes a expressão «contrapartidas», querendo com isso referir-se aos mecanismos que terão de ser acertados entre concedente e concessionária para executar as decisões que o Conselho de Ministros tomou ontem.

Deixe-me dizer-lhe uma coisa: nós vamos, como já disse, iniciar um processo negocial e não temos, à partida, nada definido, no sentido em que é o processo negocial que vai finalizar o contexto de financiamento das obras que foram ontem determinadas, mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem de partir de um pressuposto de seriedade na discussão. Como é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada vê que se possa financiar...



O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E sem custos para os portugueses!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... a obra de construção do novo aeroporto e a obra de requalificação do atual aeroporto?

A Sr.<sup>a</sup> Deputada quer dizer o quê? Quer dizer que nós não devemos fazer esta negociação e que deve ser o Orçamento do Estado a financiar estas obras? É isso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada defende?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Qual é a sua solução?

Porque, é assim: a Sr.<sup>a</sup> Deputada começou por cumprimentar o Governo e por dizer que estava de acordo com o Governo, que concorda com as obras. Se concorda com as obras, temos de ter um modelo de financiamento!

Nós vamos iniciar essas conversações com a ANA e, dentro das condições contratuais, vamos tentar acomodar o preenchimento de todas as necessidades de financiamento que as obras incorporam — é esse o nosso objetivo. Estamos predispostos e determinados a fazê-lo, mas, se a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem uma opção diferente, já agora, gostava que a partilhasse connosco.

Em segundo lugar, quero dizer-lhe — e de uma forma também inequívoca — o seguinte: a circunstância de haver um ex-dirigente do PSD a exercer funções nessa empresa, a mim, não me incomoda minimamente. Não mexo uma palha — uma palha! — para lado nenhum por causa dessa circunstância.

Posso-lhe dizer que não falo com o Dr. José Luís Arnaut há muito tempo, nem vou falar nos próximos tempos. O Governo falará com a empresa e a empresa terá a representação que ela própria determinar. Eu, pessoalmente, como Primeiro-Ministro, como Presidente do PSD, pode estar mesmo descansada, é à prova de bala!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Não há nenhuma insinuação que possam fazer a esse propósito.

Aliás, esse assunto não tem nenhuma relevância para a decisão, mas, durante tanto tempo, andaram a querer enxamear a opinião pública e a Sr.<sup>a</sup> Deputada — que falou disso várias vezes: «o Governo, o PSD, quer e anda aqui com manobras para ir mas é fazer no Montijo, que é aquilo que a ANA quer» — podia hoje dizer assim: «Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do PSD, afinal o senhor tinha razão, não estava nada influenciado, não estava nada condicionado e a opção que tomou não teve nada a ver com as opiniões que foram expressas por essa personalidade.»

*Protestos dos Deputados do BE Fabian Figueiredo e Joana Mortágua.*

Sobre a questão da habitação,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — No final fazemos o balanço!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... estaremos cá para poder executar as medidas que trarão mais oferta ao mercado e que também poderão, de alguma maneira, dar mais condições de acesso do lado da procura.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada falou de uma questão fiscal, em particular, no âmbito das iniciativas parlamentares sobre o IRS. Eu já disse que estamos disponíveis, da parte do Governo, para podermos aproximar posições. Os grupos parlamentares que apoiam o Governo na Assembleia da República, tanto quanto sei, têm mostrado essa disponibilidade, e é nesse contexto parlamentar que gostava que pudesse haver essa aproximação.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro, não dispõe de mais tempo para responder.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E eu não posso dar, porque não me deixam!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, farei as restantes questões com todo o prazer, porque, na verdade, aquilo que pedi ao Sr. Primeiro-Ministro foi que assumisse todas as consequências das suas decisões ao País.

O Sr. Primeiro-Ministro tomou uma decisão e quis anunciá-la ao País, com pompa e circunstância: «Vamos fazer o novo aeroporto.» Há um contrato de concessão, o que quer dizer que essa decisão tem consequências, e nós não exigimos menos do que toda a verdade sobre a decisão que foi tomada.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E eu fiz-lhe perguntas concretas: vai alargar o prazo de concessão à Vinci? Vai abdicar de receitas para o Estado, que neste momento são de 2 mil milhões de euros? Vai permitir mais taxas aeroportuárias?

Não sabemos, não nos diz, não dá quaisquer garantias de que os contribuintes não vão acabar a pagar mais dinheiro, além de uma concessão e de uma privatização que já foram ruinosas.

Relativamente ao IRS, fiz-lhe uma pergunta simples. O Sr. Primeiro-Ministro fala sobre aproximação, e eu apresentei-lhe uma proposta para deduzir juros dos créditos à habitação em IRS, que é uma proposta que o PSD apresentou na Assembleia da República há menos de um ano, mas agora votou contra. E a minha pergunta é se, dentro desse espírito de aproximação...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Vai votar a favor?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Repare que não lhe perguntei se queria condicionar o alojamento local! Sei bem que temos posições diferentes sobre isso.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vota a favor da nossa?!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Perguntei-lhe sobre uma proposta que aqui apresentou, sendo que votou contra a nossa proposta, e se está disponível para se aproximar desta proposta.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, uma pergunta que tem a ver com as dificuldades de regularização de imigrantes por parte da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P.). Sabemos que esse processo é longo, que a AIMA, há um ano, recebeu 350 000 processos em atraso para regularizar, e que estamos na seguinte situação: em Portugal, há imigrantes que descontam para a Segurança Social, com mais de um ano de descontos, que estão a pagar as reformas das pessoas que neste momento estão a receber a sua pensão, mas não conseguem ter um documento de regularização.

O Estado funciona enquanto cobrador das contribuições e cobrador dos impostos,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não destruíssem o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... não funciona para passar o documento que permite a regularização. Nós sabemos que este problema vem de trás, sabemos que este problema vem do SEF,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, vem da destruição do SEF!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... e apresentámos, desde 2018, várias propostas para isso.

Sr. Primeiro-Ministro, faça-lhe a mesma pergunta e a mesma proposta que fizemos ao seu antecessor. A pergunta é esta: como é que vai regularizar os casos em atraso?

E a proposta é para que construa uma missão, um grupo de missão que possa regularizar...

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... todas as situações de imigrantes em atraso, no prazo de um ano.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não vai resolver a xenofobia, não vai resolver todo o racismo, mas pode ajudar a concluir o debate público.

*Aplausos do BE.*

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, da nossa parte, não temos nenhuma dúvida de que o Governo quer, e o mais depressa possível, levar por diante o seu Programa, que, no nosso entender, como sabem, se encontra ao serviço dos grandes grupos económicos.

A estratégia do Governo neste período não deixa dúvidas: aproveita os problemas que existem, não para os resolver em função das necessidades da maioria, mas para abrir novas oportunidades de negócio, sempre para uns poucos; aproveita o drama da habitação para ampliar a especulação e servir os fundos imobiliários e a banca; aproveita as dificuldades na saúde para, mais cedo do que tarde, aqui vir anunciar a transferência de mais recursos públicos para os grupos económicos que fazem da doença um negócio;...

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

... aproveita os baixos salários para procurar reduzir impostos ao grande capital.

E sobre a urgência da construção do novo aeroporto, o que foi ontem anunciado não pode vir a traduzir-se em mais um anúncio para o País e, na prática, mais uns milhares de milhões de euros de lucros para a Vinci.

Não é possível este processo andar para trás. É mesmo para avançar a construção faseada do aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete, para retirar da cidade de Lisboa o aeroporto, para avançar para a terceira travessia sobre o Tejo e para a alta velocidade ferroviária. É este o nosso compromisso, que não apareceu ontem à noite; um compromisso que partilhamos com as populações de toda a área metropolitana e do País.

Para o Governo, tudo serve para o negócio de uns poucos, ao mesmo tempo em que multiplicam justificações para faltar aos compromissos assumidos, tal qual como está a acontecer com vários setores de trabalhadores da Administração Pública.

O Governo tem sido rápido — e aqui concordamos com a afirmação do Sr. Primeiro-Ministro — nas exonerações e nos compromissos com os grupos económicos, mas não é assim no que toca à resolução dos problemas que a maioria enfrenta.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Fomos rápidos com os idosos!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sabemos que é assim e sabemos que vai continuar assim. Não aceitamos que assim seja.

Das medidas do Governo para a habitação, não há uma — uma que seja! — que trave o aumento das rendas e confronte os interesses dessa banca,...

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... que mais uma vez apresentou lucros recorde no primeiro trimestre deste ano.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Não há uma medida que ponha 1 cêntimo que seja desses lucros a suportar o aumento das taxas de juro.

Não aceitamos que se continue a beneficiar o infrator enquanto milhares de famílias, milhares de micro, pequenos e médios empresários mantêm a corda na garganta para aguentar a sua casa e o seu pequeno negócio. E a pergunta que lhe faço, pegando nas suas palavras — «ponderação», «decisão» e «consequência» —, é se acha ou não que a banca e os fundos imobiliários devem ser chamados a contribuir para enfrentar a dramática situação que o País enfrenta na habitação.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, manteremos do princípio até ao fim esta nossa divergência relativamente à conceção das políticas públicas e do seu efeito na nossa sociedade.

O Sr. Deputado não confia na sociedade, não confia na capacidade instalada no setor privado, no setor social, na capacidade de iniciativa que as pessoas têm de se juntarem em instituições sociais ou em empresas. Nós temos essa confiança.

Sabemos que há um conjunto de serviços que dependem sobretudo do Estado, devem ser garantidos pelo Estado. Os serviços de saúde, de educação, de habitação, devem ter garantia pública, com certeza! O Estado tem a obrigação de salvaguardar o acesso e as condições de acesso, nomeadamente a quem tem rendimentos mais baixos. Agora, na nossa opinião, diferente da sua, não é apenas o Estado que conseguirá resolver os problemas de acesso que perturbam tantas e tantas famílias portuguesas, tantos portugueses e tantas portuguesas.

Aí, o Sr. Deputado abre uma janela perigosa, que é esta: quando uma entidade do setor social ou do setor privado contribui para o serviço público de acesso, seja à saúde, seja à educação, seja à habitação, está apenas e só empenhado em poder retribuir o grande capital que proporcionou a existência dessa entidade ou instituição e em retribuir os respetivos associados ou acionistas.

Nós entendemos, evidentemente, que nas instituições sociais, em que há associados, não há uma obtenção de lucro como fim último da entidade; e nas empresas há essa finalidade e, depois, a distribuição, de acordo também com o risco que aqueles que entraram com o capital decidiram correr.

Sr. Deputado, eu não tenho essa visão complexada de que empresas e instituições sociais não podem prestar serviço público, pelo contrário. Claro que deve ser feito com a regulação do Estado, claro que deve ser feito com regras de transparência, com regras de fiscalização, mas se não formos capazes de o fazer não vamos servir o interesse das pessoas.

No caso da habitação, que mencionou, quer a banca, quer os fundos imobiliários são intervenientes numa estratégia que possa dar mais capacidade de haver oferta no mercado, capacidade de oferta que o Estado e as políticas públicas podem condicionar ao nível da localização, ao nível da própria construção e ao nível do preço. E é isso que vamos fazer.

Aquilo que queremos é atribuir algumas condições nos licenciamentos de operações urbanísticas e de construção de novas casas à luz da responsabilidade de colocá-las a rendas acessíveis, a preços acessíveis para poderem ser compradas, nomeadamente pelos mais jovens. Atuaremos do lado da oferta e atuaremos do lado da procura, e cremos que esse é o melhor caminho para poder resolver o drama que aflige tantas e tantos portugueses.

Para isso precisamos de um sistema financeiro, claro que sim! Precisamos de um sistema financeiro que seja justo, com certeza. Sempre nos batemos para que houvesse, por parte do sistema financeiro, uma tradução, por exemplo, na diminuição das taxas de juro quando estas descerem também. Sempre nos batemos para que

o Estado pudesse ter políticas de auxílio dirigidas àqueles que têm menores rendimentos, quer do lado do arrendamento quer do lado da aquisição.

E, naturalmente, queremos atrair mais investimento imobiliário, queremos ter uma oferta pública crescente nos próximos anos, mas também queremos ter uma oferta privada e não exclusiva — contrariamente ao que também muitas vezes dizem — a segmentos altos, de luxo, de alojamento local.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vamos ver se nos entendemos: temos um País com espaço para todos.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É bom termos bons clientes que também comprem bens mais caros, de luxo. Isso não é crime nenhum! É bom termos oferta de alojamento local que possa ser — como é — essencial no nosso turismo,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... num registo de formalidade e não de informalidade, portanto de regulação. Sr. Deputado, temos esta filosofia e é esta que vamos implementar.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, sendo que o Sr. Primeiro-Ministro já não tem tempo para responder.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, eu queria sublinhar a capacidade e a criatividade do Sr. Primeiro-Ministro, que andou às voltas e conseguiu não responder à pergunta que lhe fiz. Mas vou voltar a perguntar e fica para uma próxima oportunidade!

Nós estamos de acordo: não é só o Estado. Por não ser só o Estado é que lhe perguntei qual é o contributo da banca e dos fundos imobiliários para este drama da habitação.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Essa é que é essa!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O Sr. Primeiro-Ministro não respondeu.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Zero!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Também lhe digo outra coisa: nós confiamos na sociedade, confiamos nas pessoas, e é exatamente por confiarmos nas pessoas e na sociedade que vou fazer-lhe a segunda pergunta — já sei que não tem tempo, mas não lhe faltará oportunidade para responder.

Olhando para a realidade concreta da vida de milhões e milhões dessas pessoas que põem o País a funcionar, que põem a economia a funcionar, que trabalham e criam riqueza todos os dias, olhando para essa realidade, está ou não está disponível o Governo para aumentar os salários, em particular dos mais jovens?

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Aumentar salários não é aumentar salários pela via fiscal, não é aumentar salários pela via da baixa das contribuições.

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

Aumentar salários é aumentar salários,...

**Vozes do CH:** — Ah!...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... desde logo naquilo que está apenas na sua responsabilidade, salário mínimo nacional e setor da Administração Pública, criando condições para dar um sinal importantíssimo para que se distribua melhor a riqueza que está criada.

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

O Sr. Primeiro-Ministro não tem tempo e eu também estou quase a acabar. Peço desculpa, Sr. Presidente, mas é que estamos perante duas narrativas: a primeira...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É aumentar!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... é a de que não há dinheiro e a segunda é a história de sempre em volta da conversa da produtividade.

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

A verdade é esta: a produtividade aumenta, o crescimento económico aumenta, aumentam os lucros, aumentam os sacrifícios das pessoas, aumentam os preços dos bens essenciais; a única coisa que não aumenta como deve ser são os salários e as reformas. Ora aqui está um grande desafio — isso, sim! — para cumprir com os portugueses.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente:** — Para fazer perguntas, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, muito boa tarde.

Que palavra resume os primeiros 43 dias deste Governo?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Trinta e dois!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Quarenta e três dias desde a tomada de posse. A palavra é «demissões».

O Governo demitiu a provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a sua administração; demitiu ou levou à demissão do diretor executivo do SNS (Serviço Nacional de Saúde) e da sua equipa; demitiu o diretor nacional da PSP; demitiu o presidente da administração da Museus e Monumentos de Portugal.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E da AMA (Agência para a Modernização Administrativa)!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Muitas demissões sem se perceber porquê, sem se perceber que políticas quer o Governo, de facto, ou se querem apenas trocar os dirigentes da Administração Pública por pessoas da vossa confiança.

É que isto gera uma instabilidade de que o País, de todo, não precisa.

Além das demissões, vemos também muito poucas soluções. O Governo apresentou apenas duas propostas de lei neste Parlamento. Já aqui discutimos uma delas, sobre o IRS, que, como não tinha condições de ser aprovada, baixou à comissão, sem votação.

Esta falta de condições repetiu-se noutros episódios, fosse com as ex-SCUT (sem custo para o utilizador), com a habitação ou até com a própria eleição do Presidente da Assembleia da República. E isto acontece porque o Governo e o PSD se comportam como se tivessem uma maioria absoluta, que os portugueses não vos deram.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Na verdade, é um Governo de minoria absoluta, mas comporta-se com toda a arrogância de uma maioria absoluta, sem depois ter apoio parlamentar que o sustente.

Sr. Primeiro-Ministro, o País assiste preocupado a este início de mandato. Lidera um Governo e um partido que parecem continuar em campanha eleitoral, sem um rumo para o País, e que têm sido responsáveis por um clima de instabilidade.

*Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.*

Tem sido um Governo de muitas demissões e de poucas soluções.

*Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.*

Sr. Primeiro-Ministro, a nossa primeira pergunta é sobre se vamos assistir a mais demissões e a mais exonerações nos próximos tempos, ou vamos conseguir dialogar para construir as soluções de que o País precisa para este futuro próximo.

*Aplausos do L.*

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, eu até estava a ficar assustado, mas,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não se assuste!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... afinal de contas, acho que a montanha pariu um rato.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada começou por dizer que, nestes 43 dias — acrescentou 10 dias ao exercício do Governo desde a nossa tomada de posse, e não da investidura parlamentar, mas está tudo bem, vamos tomar esse número para efeitos do seu raciocínio —, tinha havido uma grande onda de demissões no País, uma coisa nunca vista!

*Risos do Ministro da Presidência, António Leitão Amaro.*

Enfim, que tinha havido a substituição do aparelho do Estado, do Partido Socialista — presume-se — para a AD, o PSD e o CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o PPM (Partido Popular Monárquico)?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Depois, materializou esse seu anúncio e disse que demitimos a provedora da Santa Casa da Misericórdia; que demitimos ou levámos à demissão — percebi aí o contexto! — do diretor executivo do SNS. Foi ele que se demitiu, foi por iniciativa própria.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Forçaram a demissão!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Disse que saiu o diretor nacional da Polícia de Segurança Pública e que saiu — nem tive tempo de apontar, veja bem que nem me lembro! — alguém da área da cultura.

Quatro saídas!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E da AMA!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quatro saídas... Cinco, agora com o presidente da AMA. Cinco saídas!

*Protestos de Deputados do PS.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, vou-lhe dizer: sabe o que é que aconteceu na última mudança, no mesmo período?

Quatro saídas, aos 43 dias, dá uma saída por cada 10 dias — vejam bem o ritmo deste Governo! Somos, de facto, muito comedidos.

O termo comparativo, em 2016, quando o Partido Socialista iniciou funções, é o seguinte: com o Dr. António Costa e todos aqueles que o acompanharam no Governo — alguns dos quais estão aqui, na frente da bancada, como o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos —, houve 273 demissões de dirigentes, sem concurso, e nomeações no prazo de três meses, no início do mandato.

**Vozes do PSD**: — Ah!...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Vocês vão ultrapassar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Houve 28 nomeações em 15 dias! Repito, 28 nomeações em 15 dias.

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não vos interessa a conversa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Seja na Segurança Social, seja na Autoridade Tributária, as mudanças foram às dezenas.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu estava a ouvi-la e a pensar na personagem que utilizava muito esta expressão: «resmas». Perante resmas de demissões, quatro demissões valem agora tanto como centenas. Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, quanto às mudanças — foi a pergunta que me colocou — que aconteceram, claro que vão continuar a acontecer! Mas estava à espera de que eu viesse dizer o contrário?

*Aplausos do PSD.*

Os Srs. Deputados do Partido Socialista sorriem, porque não tiveram coragem de apresentar eles esta questão e porque já sabiam qual era a resposta que iam levar. Levam na mesma, levam de ricochete, mas levam, através da sua questão.

*Protestos do PS.*

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Já não é líder parlamentar!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Há aí alguma inveja!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte: obviamente, com a mudança de Governo, há muitos dirigentes da Administração Pública que tomam até a iniciativa de colocar o seu lugar à disposição, e vou dizer-lhe que houve vários e nós é que não aproveitámos, no bom sentido do termo. Entendemos que não era o momento de os substituir,...

*Risos do Deputado do L Rui Tavares.*

... porque há razões ponderosas para que os serviços continuem a funcionar.



Este período de transição não é um período fácil. O Sr. Deputado Rui Tavares está a rir-se à gargalhada, porque nunca teve essa responsabilidade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

Ó Sr. Deputado, mas quer ter, e legitimamente. Vou dizer-lhe mais: por este andar, vai ter, porque o Partido Socialista já não vai viver sem si. É a minha convicção para os próximos anos.

*Risos do PSD.*

Mas pronto, isto foi um aparte.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E infeliz! Muito infeliz!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixe-me só dizer-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que nós não vamos fazer nenhuma purga na Administração. O Sr. Deputado André Ventura também está preocupado com isso, não sei se é dentro dessa colagem crescente ao Partido Socialista.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não, que a gente não o aceita!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós não vamos fazer nenhuma mudança com critérios partidários, mas vamos fazer as mudanças que forem necessárias para que as políticas do Governo possam ser bem executadas e se possam repercutir no aumento da qualidade de vida dos portugueses e no cumprimento do Programa do Governo. Isso nós vamos fazer.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Pinto, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, que já não tem tempo para responder.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, concidadãos nas galerias,...

*Protestos do CH.*

... membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, nós não queremos que o Sr. Primeiro-Ministro fique assustado, mas o facto de que o seu Governo tem sido um Governo de exonerações e não de soluções é claro. E digo-lhe mais!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Muito mais!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Está a fazer o número quatro. Tivesse o seu Governo trazido propostas concretas em igual número e, se calhar, não estaríamos aqui a perder tempo com isto.

**Vozes do PSD**: — Ah!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É que, infelizmente, tem havido muito poucas propostas, seja do seu Governo seja dos dois partidos que o apoiam.

Mas ontem, sejamos justos, houve uma decisão concreta e muito importante — importante em dois sentidos, até. É importante, porque define a localização do novo aeroporto da área de Lisboa — uma localização que vai ao encontro da indicação da Comissão Técnica Independente, e ainda bem que assim é e que sirva de exemplo

para outras decisões estratégicas do País. E houve uma segunda decisão, que é a do encerramento total do Aeroporto Humberto Delgado, porque é inaceitável e é insustentável que milhares de pessoas, aqui na cidade de Lisboa, continuem a ter a sua saúde e a sua qualidade de vida afetadas pelos níveis de ruído que atualmente têm.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É por isso que é um erro querer aumentar a capacidade do Aeroporto Humberto Delgado,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Nem mais!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... um erro no qual não alinhamos.

Mas esta decisão traz também muitas questões e algumas delas já foram aqui referidas. Que contrapartidas é que há? Quais os custos reais do aeroporto? E quais os prazos?

Sabemos bem que a concessionária Vinci não estava de acordo com esta localização, sabemos que a Vinci tentou adiar ao máximo esta decisão e sabemos que o ruinoso contrato de concessão permite enormes prazos, dá prazos muito amplos, que podem atrasar ainda mais a concretização deste aeroporto. O Sr. Ministro Miguel Pinto Luz ontem já apontava para 10 anos, portanto, mais do que aquilo que foi indicado pela Comissão Técnica Independente.

Portanto, a minha pergunta é: que garantias é que nos consegue dar de que, daqui a 10 anos, não voltamos a discutir a concretização do aeroporto e não chegamos ao extremo até de ter de renomear o aeroporto, que afinal já não será o Aeroporto Luís de Camões, mas sim o aeroporto de Santa Engrácia?

Mas há ainda outras questões importantes sobre isto — e tentando não me alongar muito e não repetir os maus exemplos dos outros grupos parlamentares —, nomeadamente no que diz respeito à utilização dos terrenos do atual aeroporto, evidentemente depois de despoluídos. Que garantia nos dá de que esses terrenos servirão para criar uma nova centralidade da cidade e criar também, e sobretudo, habitação a preço justo?

Finalmente, quanto às garantias ambientais, está o seu Governo disponível para avançar com uma nova avaliação de impacte ambiental, sendo que a última já tem demasiados anos?

Está o seu Governo também disponível para pensar numa nova visão ecológica e ecologista para a aviação, nomeadamente trabalhando a nível europeu, para acabar com a isenção de impostos nos combustíveis da aviação?

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado está a seguir as más práticas dos outros.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E termino: está também disponível para pensar na limitação de voos de curta distância?

O Sr. **Presidente**: — Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É que só hoje, no dia de hoje, 10 % dos voos foram de e para Porto, Faro e Madrid, algo que não faz sentido absolutamente nenhum.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Todos têm telhados de vidro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Presidente**: — Eu só vou relembrar — porque veio aqui há bocado «a talho de foice» e até porque reparei que o Sr. Deputado se dirigiu também às galerias — que, nos termos do artigo 89.º do nosso Regimento,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aprende, aprende!

O Sr. **Presidente**: — ... no uso da palavra, os oradores dirigem-se ao Presidente e à Assembleia.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chiu!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Tavares quer usar a palavra para que efeito?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

*Protestos e risos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado, para uma interpelação.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, é verdade...

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, deixem-me ouvir o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, é verdade que os Deputados se dirigem ao Governo, aos seus colegas Deputados e à Mesa. Não se dirigem no seu discurso aos concidadãos nas galerias nem os interpelam diretamente, mas nada nos impede — como, aliás, fazemos em várias ocasiões — de os saudar, que é o que faz este grupo parlamentar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fizeste mal!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, mantenho a minha referência. Se, por acaso, o Sr. Deputado, algum dia, quiser recorrer da minha decisão, recorre ao Plenário e o Plenário decidirá.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bora, vá! Recorre lá! Não é o Santos Silva!

O Sr. **Presidente**: — O Regimento, para mim, é claro e, portanto, é nesse sentido que chamo a atenção. Vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, para fazer perguntas ao Primeiro-Ministro.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Nuncio, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

*Protestos de Deputados do PSD e do PS.*

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Também estão no Governo!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é para perguntar qual era a ordem das intervenções, tendo em conta aquilo que foi definido em Conferência de Líderes.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a ordem que foi distribuída, penso que por todos, é decrescente, em relação aos que são membros do Governo. Portanto, quando for a vez de quem faz parte do Governo, entrará o CDS-PP e o PSD, em crescendo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É incrível, mas fazem parte!

O Sr. **Presidente**: — Está esclarecido?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, faça favor. Dispõe de 2 minutos e mais 20 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também o Sr. Primeiro-Ministro e os membros do Governo e, como é evidente, começando nós este debate com retrocessos na proteção animal, jamais contariam com o apoio do PAN ao Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, nós queremos também falar de um retrocesso em matéria ambiental. Já aqui falámos e ouvimos falar na solução de Alcochete, mas a verdade é que há uma dimensão que sistematicamente fica para trás — é que esta solução é ambientalmente desastrosa e financeiramente irresponsável.

Se não, vejamos: o Sr. Primeiro-Ministro vangloriou-se aqui desta opção, mas esquece-se de que o clima mudou e que os partidos políticos têm também de mudar e as governanças também.

Não é aceitável que uma decisão desta magnitude tenha por base uma opção que claramente não só tem pareceres que estão já ultrapassados, como também, do ponto de vista económico, não é a solução mais viável, e não tem em consideração matérias como a qualidade de vida para as populações.

Estamos aqui a falar de um valor de cerca de 1000 € por cada cidadão português, se não houver derrapagens, porque, destes 10 000 milhões de euros que esta opção vai custar, é importante dizermos ao País, sobretudo quando discutimos aqui política fiscal, o que é que vai sair do bolso dos portugueses. O Sr. Primeiro-Ministro não explicou porque é que estamos a onerar os portugueses com uma solução mais cara.

Depois, quais são as contrapartidas? Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, qual é o valor, por exemplo, da perda de uma das mais importantes bacias de água doce em Portugal, quando Portugal tem um problema grave de seca estrutural.

Pergunto-lhe também qual é o valor económico da perda de cerca de 250 000 sobreiros, que vão ter de ser destruídos para construir um novo aeroporto.

E pergunto-lhe também, do ponto de vista da saúde pública e do direito ao descanso, qual é o valor económico que o País vai ter de pagar para as pessoas continuarem a ter aviões a passarem por cima das suas cabeças e a perturbar esse direito fundamental.

*Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.*

E mais! Quando o próprio ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) deu parecer negativo e a perda da biodiversidade e das aves do estuário do Tejo vai ter um impacto também a milhares de quilómetros de distância, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, o que é que vai dizer aos seus conterrâneos, no Norte, quando os obrigar não a vir de comboio para Lisboa, mas a atravessar a margem sul do Tejo para depois voltar para Lisboa.

É que nada destas opções consta da avaliação de impacte ambiental e, por isso, pergunto-lhe muito diretamente: Sr. Primeiro-Ministro, está disponível para que o ambiente faça parte da equação de qualquer solução aeroportuária? É que, sem ambiente, não há solução portuária viável.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tanta asneira seguida!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Termino, concluindo com aquilo que comecei por dizer: o clima mudou, Sr. Primeiro-Ministro. Está o Sr. Primeiro-Ministro disponível também para fazer com que as governanças do nosso País mudem e acompanhem o desafio climático?

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, é evidente que nós estamos disponíveis para poder acautelar todos os valores ambientais e poder mitigar os efeitos que investimentos desta envergadura trazem aos ecossistemas, à biodiversidade e a todos os impactos de toda a natureza.

Agora, se a Sr.<sup>a</sup> Deputada levar até ao limite os argumentos que aqui apresentou, a conclusão é que aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada deseja é que não haja aviões e que não haja transporte aéreo e que não haja aeroporto. É isso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada quer. E com isso é que nós não estamos de acordo.

*Aplausos do PSD.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, esta decisão foi tomada na sequência de uma metodologia que foi assumida pelo Governo anterior, mas que eu tive a ocasião de lembrar que teve, desde o início, o apoio da força política que eu lidero — na altura, a principal força política da oposição.

Esta metodologia passou pela realização não de um trabalho da Comissão Técnica Independente apenas. Esse trabalho é uma avaliação ambiental estratégica, que comparou várias localizações — aquelas que estavam pré-determinadas pelo Governo anterior e até algumas por iniciativa da própria comissão técnica, com todas as mais-valias, do ponto de vista académico e profissional, que lhe foram endereçadas.

Sinceramente, quero aqui dizer que a opção por esta metodologia é uma opção positiva. Eu disse sempre que não eram os técnicos que iam fazer escolhas que cabem aos políticos, mas iam habilitar os políticos para fazerem escolhas com mais fundamentação. E foi isso, sinceramente, que aconteceu.

Acho que é um bom exemplo até para, de futuro, em investimentos de igual magnitude, de igual importância, podermos ter o conforto, precisamente, da componente técnica que é acrescentada.

Agora, a Sr.<sup>a</sup> Deputada vai-me desculpar esta observação — e não é para diminuir a sua capacidade política de representação, que a tem, legítima, da vontade política do povo português —, mas nós não podemos estar aqui, cada um de nós, a dizer aquilo que achamos, o nosso palpite sobre estas matérias.

Temos mesmo de nos entender, também do ponto de vista metodológico, para podermos ter decisões o mais seguras possível. Claro que nunca o são integralmente. Eu também não tenho 100 % de certeza de tudo, mas, para estar mais seguro, com mais fundamentação para a decisão, parece-me que este caminho foi um caminho correto, até com algumas vicissitudes processuais pelo meio, mas, no fim, foi um caminho correto, que, aliás, permite ter hoje, em Portugal, um nível de consenso que é bastante alargado.

Tentaremos, naturalmente, respeitar todas as disposições de natureza ambiental que vigoram neste domínio e acautelar todos os efeitos negativos que uma operação destas pode incorporar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Núncio, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, é sempre com gosto que vejo um Primeiro-Ministro a prestar declarações no Parlamento. É uma boa notícia, é notícia de que a democracia funciona.

É com particular gosto que vejo o Primeiro-Ministro Luís Montenegro neste seu primeiro debate. Quero cumprimentá-lo, especialmente, por isso, até porque é um Primeiro-Ministro que lidera um Governo que está

efetivamente a governar e a cumprir o seu Programa, não obstante a coligação negativa, mas cada vez mais visível aos olhos dos portugueses, entre os socialistas do PS e os «seguistas» do Chega.

**Vozes do CH:** — Ah!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Desde a redução do IRS, passando pelo pacote da habitação e pela decisão da localização do novo aeroporto, incluindo as negociações com professores e com forças de segurança, efetivamente, o Governo está a governar, e eu arrisco mesmo dizer que este Governo fez mais em 30 dias do que o PS fez em oito longos anos de governação.

*Risos do PS.*

Mas eu gostaria de focar a minha atenção nas questões sociais que dizem muito ao CDS, enquanto partido democrata cristão.

Há uma medida que foi pouco anunciada, mas que é da maior importância para o CDS. O Governo aprovou recentemente a duplicação da consignação da coleta de IRS de 0,5 % para 1 %, que irá beneficiar muitos milhares de instituições do setor social e do terceiro setor. Estamos a falar de uma medida que representa um aumento da liberdade dos contribuintes de disporem de parte dos seus impostos a favor das instituições que escolherem.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E estamos, sobretudo, a falar de uma medida que vai duplicar o financiamento e o orçamento de muitos milhares de instituições do setor social, que prestam serviços sociais da maior importância no cuidado a idosos, no cuidado a crianças e no cuidado a mães e a grávidas em dificuldade.

Por isso, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer, Sr. Primeiro-Ministro, é sobre o impacto desta medida no terceiro setor, no setor social, e sobre o número de instituições do setor social que irão beneficiar desta decisão do Governo, que o CDS saúda.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, a questão é, de facto, muito relevante. Para não me esquecer, indo já à questão final, esta medida abarca consequência em 6700 instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, 388 misericórdias, 91 mutualidades e 161 cooperativas. Só no setor social, estamos a falar, portanto, de mais de 7000 instituições, que veem aqui um reforço, uma duplicação, dos meios que os contribuintes, em liberdade de opção, lhes podem facultar.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que não ficámos por aqui. Nós também tomámos medidas para as pessoas que são mais vulneráveis na sociedade, para as pessoas que são mais pobres. Neste caso concreto, a verdade é que muito do apoio que é dado a estas instituições também chega precisamente a essas pessoas — chega às pessoas que têm especial vulnerabilidade e que têm necessidade dos serviços do setor social.

É, portanto, uma medida que tem um impacto muito, muito grande. Devo mesmo confessar que é muito fácil agora aplaudi-la, mas a verdade é que durante muitos anos ela esteve congelada e não foi tomada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Paulo Nuncio, para continuar a fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a segunda pergunta que gostaria de fazer, no pouco tempo de que ainda disponho, tem também a ver com uma matéria social que diz muito ao CDS, e que disse muito ao CDS ao longo da sua história, relativa ao aumento dos rendimentos dos pensionistas e reformados que têm menos rendimentos.

O Governo aprovou recentemente um aumento do complemento solidário para idosos de 550 € para 600 €, mais 50 € mensais exatamente para reformados e pensionistas com menores rendimentos.

A pergunta que gostaria de fazer, Sr. Primeiro-Ministro, é a seguinte: tendo em conta o Programa do Governo, qual é o plano do Governo relativamente ao complemento solidário para idosos até ao final da Legislatura?

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Nuncio, o Governo fez mais do que isso. É verdade, aumentámos o valor de referência do complemento solidário para idosos para 600 €, num percurso que foi agora iniciado. É uma primeira etapa, uma primeira fase, que nos levará, tão cedo quanto possível e o mais tardar até ao final da Legislatura, a que esse valor atinja os 820 €.

Mas, além disso, tomámos duas outras medidas muito relevantes. Uma foi a de eliminar da condição de recursos os rendimentos dos filhos das pessoas que se candidatam a esta prestação.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito importante!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mesmo aqueles que quiseram dizer que essa medida provinha dos seus programas...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... não podem escamotear uma coisa: só se lembraram dela depois de nós termos apresentado o propósito de subir o valor de referência do complemento solidário para idosos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Não, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se se tivessem lembrado disso noutra circunstância, uma vez que tiveram o poder de governar, tinham-no decidido. Estiveram oito anos no Governo e não decidiram isto. Agora, ficam muito satisfeitos — e ainda bem que ficam satisfeitos —, mas têm de reconhecer que a vontade política determinante, aquela que rematou à baliza e marcou golo, foi a vontade política deste Governo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E há outra medida que é igualmente muito, muito importante para os nossos idosos, para os nossos pensionistas e reformados de mais baixos rendimentos, que diz respeito ao aumento da comparticipação dos medicamentos com prescrição médica de 50 % para 100 %.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Certo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que estamos a dizer a estas pessoas que têm mais baixos rendimentos, que não têm outro tipo de rendimentos que não o das suas baixas pensões, é que os medicamentos de que precisam para os seus problemas de saúde estão acessíveis em qualquer farmácia. Não precisam de ir à farmácia e fazer contas para escolher que medicamentos podem levar para cumprir as suas terapêuticas, não precisam de escolher entre comprar medicamentos ou alimentação. Para os medicamentos, nós garantimos 100 % de comparticipação a todos os idosos que têm as condições que estão previstas na lei para aceder ao complemento solidário para idosos, e podem fazê-lo diretamente nas farmácias, assim tenham as respetivas prescrições médicas.

Portanto, de uma assentada, aumentámos o valor de referência do complemento solidário,...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro. Tem de terminar.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... eliminámos uma das condições de recurso mais injustas e, ao mesmo tempo, concedemos a possibilidade do acesso ao medicamento. Creio que em 33 dias não é nada mau.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, a vantagem de falar em último lugar é a de poder fazer também uma avaliação daquilo que foi dito pelo Governo e pelas restantes bancadas que tiveram ocasião de intervir no debate parlamentar.

Devo dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro — já o tenho dito, de resto, diversas vezes e em público —, que tenho assistido a uma espécie de esquizofrenia...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não digas outra vez essa palavra!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... de alguma parte da oposição neste Parlamento. Porquê? Porque há uma parte da oposição neste Parlamento, que, de resto, é bem visível e todos sabemos qual é — vem do lado mais à direita do Hemiciclo e vem do centro, que devia ser moderado à esquerda —, que se juntou para tentar perceber qual dos dois era mais papista que o próprio Papa.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Partido Socialista esquece-se que o Governo tem 32, 33 dias desde a investidura parlamentar e exige ao Governo — vejam lá, esta é a esquizofrenia de que eu falava do ponto de vista político — que resolva em 33 dias aquilo que eles não resolveram em oito anos, mas que foram para as eleições dizer que não era preciso resolver.

Do lado do Chega, a esquizofrenia política,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não faças isso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... sem ofender ninguém, é outra: é a de quem fez uma campanha inteira a apontar ao socialismo, a dizer que vinha para esta eleição — agora para esta Legislatura — combater o socialismo.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!



O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eles, ultimamente, gostam muito de falar em traição, sem qualquer fundamento. Se calhar, a grande traição de que devíamos falar era da traição do partido Chega ao seu eleitorado, pois passa a vida a querer governar no Parlamento com o Partido Socialista.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso queriam vocês!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas vamos começar, Sr. Primeiro-Ministro, por um dos principais temas do debate quinzenal, que diz respeito ao anúncio que o Governo fez ontem ao País da localização e da denominação do novo aeroporto da região de Lisboa — e, como eu gosto de dizer, se me permite, do País — e das restantes infraestruturas, designadamente a terceira travessia sobre o Tejo e a ligação em ferrovia de alta velocidade a Madrid.

Fiquei estupefacto com o início deste debate, Sr. Primeiro-Ministro. Veio aqui o anterior Ministro das Infraestruturas, hoje Secretário-Geral do Partido Socialista, dizer, em primeiro lugar, que esta é a terceira decisão sobre o aeroporto. Bem, fui recuperar à minha memória e recordei-me de uma decisão de um Governo do Partido Socialista, do Eng.º Sócrates, que eles tantas vezes querem renegar e não gostam de utilizar a expressão. Mas é verdade, foi o Eng.º Sócrates o primeiro a decidir a localização do aeroporto em Alcochete.

Depois, andei à procura da segunda e da terceira. A terceira é, efetivamente, a sua, Sr. Primeiro-Ministro, e a deste Governo. Mas houve outra, de facto. Depois puxei pela cabeça para perceber qual era.

*Risos de Deputados do PSD.*

Bem, não foi bem uma decisão, foi assim uma espécie de decisão à pressinha. Foi a decisão, evidentemente, do Sr. Deputado e então Ministro Pedro Nuno Santos.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

O que é que ele decidiu? Ele não decidiu Alcochete, Sr. Primeiro-Ministro. Ele não decidiu Alcochete. O então Ministro das Infraestruturas quis decidir — veio ele hoje aqui falar de precipitação,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ele, quem?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... de imaturidade, de falta de capacidade e competência técnica, veja lá! —, e decidiu o quê? Obras no Aeroporto Humberto Delgado, um aeroporto de transição no Montijo e, finalmente, o aeroporto de Alcochete. É como jogar no *Totoloto*, mas poder pôr a cruzinha nos números todos. Acertava definitivamente na escolha da localização.

*Aplausos do PSD.*

Só que se esqueceu de dizer que não houve decisão. Não houve decisão; houve foi humilhação. No dia seguinte, o Primeiro-Ministro obrigou o Ministro Pedro Nuno Santos a pedir desculpa ao País e a revogar aquilo que ele achava que tinha decidido no dia anterior. Mas já se esqueceu.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, o Ministro Pedro Nuno Santos veio aqui desafiá-lo e dizer-lhe: «Sr. Primeiro-Ministro, diga lá porque é que defende as obras na Portela. Como é que pode haver mais voos? Com que estudos, com que base?» Eu fui ler o tal despacho revogado, que não chegou a ser decisão sobre a evidente necessidade de aumentar a capacidade de resposta da Portela. Escreveu o Ministro Pedro Nuno Santos, então:

«Apesar de a crise pandémica ter afetado de forma muito negativa o tráfego aéreo, as previsões internacionais apontam para um regresso rápido aos níveis pré-pandemia, estimando-se, no longo prazo, que o tráfego aéreo previsto para a região de Lisboa possa duplicar ao longo das décadas seguintes.» Bem, está justificada a necessidade de podermos aumentar a capacidade da Portela.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não percebeu nada!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas depois fiquei a pensar: «E os voos?» — porque ele falou também dos voos. Olhe, eu não sei se o Sr. Primeiro-Ministro, além dos estudos que terá oportunidade de dirigir ao Partido Socialista, foi buscar a fundamentação ao próprio Partido Socialista, a um antecessor do Ministro de então, Pedro Nuno Santos.

O Ministro Pedro Marques, que, creio, tinha a tutela das infraestruturas, disse o seguinte: «O Governo e as instituições que gerem o controlo de voos e os aeroportos nacionais vão aumentar a capacidade aérea do aeroporto de Lisboa para 48 voos por hora.»

**Vozes do PSD:** — Ah!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora, era um ministro do Partido Socialista, Sr. Primeiro-Ministro,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não era eu!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... era o antecessor do Ministro Pedro Nuno Santos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Eles esquecem-se rápido.

Mas eu pensei: «Será que o problema está só nos antecessores e no então Ministro Pedro Nuno Santos?» Fui ver o que disse hoje o ministro que sucedeu ao Ministro Pedro Nuno Santos no Governo do Partido Socialista, João Galamba.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O Galamba não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Hoje, há minutos, vejam ao que eu cheguei.

*Risos do PSD e de Deputados da IL.*

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

«A discussão em torno do reforço da capacidade do Aeroporto Humberto Delgado é mesmo daquelas coisas que não deviam acontecer, por não fazerem qualquer sentido. Se é um dado que precisamos de um novo aeroporto para ontem, então também devia ser evidente que precisamos do reforço da capacidade no que hoje existe.»

Recordo que o ex-Ministro João Galamba sucedeu ao ex-Ministro Pedro Nuno Santos — são todos do Partido Socialista.

Mas o ex-Ministro João Galamba não ficou por aqui. Disse ele: «Quem defende, e bem, a necessidade do reforço da capacidade aeroportuária na região de Lisboa,...» — e vejam só este remoque — «... e esquecendo a fantasia do Montijo, tem de apoiar as obras no Humberto Delgado e, não menos importante, o licenciamento ambiental associado. Não há outra forma de aumentar a capacidade nos próximos 10 anos.»

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Olhe, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, entendam-se, entendam-se, conversem entre vocês e depois venham aqui colocar as questões que devem ser colocadas.

Sr. Primeiro-Ministro, o tempo vai passando e há outros temas de que lhe queria falar, desde logo, a questão do IRS. O Governo propôs uma baixa do IRS baseada nos princípios que enunciou na campanha eleitoral, com particular foco na classe média. Nós temos vindo, nos últimos dias, a fazer um esforço de negociação com todas as bancadas deste Parlamento, como, de resto, sempre nos comprometemos a fazer. E todas são mesmo todas, incluindo a sua, Sr. Deputado Pedro Pinto. Vou-lhe dizer porquê: é porque o Sr. Deputado, na Comissão de Orçamento e Finanças, mostrou-se disponível para poder negociar. Nós estamos a negociar com todas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Todas? Todas, quem são?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E queria, aqui, Sr. Primeiro-Ministro, anunciar a si e ao País que o Grupo Parlamentar do PSD, hoje, durante a manhã, propôs a todos os partidos — já agora, deixe-me dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que o Bloco de Esquerda apareceu neste debate bem mais moderado (veja lá ao que eu vou chegar outra vez!) e bem mais construtivo que o Chega e que o Partido Socialista — o seguinte: incluir uma norma para que o Governo possa mesmo avaliar, e, tendo condições, Sr. Primeiro-Ministro, queria desafiá-lo a fazê-lo no próximo Orçamento do Estado, e está na proposta que apresentaremos, as deduções dos encargos com a habitação em sede de IRS, correspondendo a um apelo do Bloco de Esquerda.

Ouvimos e vimos o Deputado André Ventura levantar-se no debate sobre o IRS, não sei se se recorda, e eu não sei se aquilo era para o *TikTok* ou se era para levar a sério, mas, se fosse para levar a sério, o que ele veio aqui dizer foi «vou desafiar-vos, os senhores desçam os 3.º e 4.º escalões de IRS de acordo com a proposta do Chega e nós votamos a favor».

Pois bem, hoje mesmo demos entrada de uma proposta em que igualamos os 3.º e 4.º escalões propostos pelo Chega e, já agora, pelo Partido Socialista.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Primeiro-Ministro, fomos mais longe. Para que não houvesse qualquer violação da norma-travão, nem sequer para que não prejudicássemos a política orientadora do Governo em matéria fiscal, fomos também ao encontro do Partido Socialista e aproximámo-nos no 6.º escalão.

Não há razões para dizerem que não negociamos, que não fomos ao encontro das propostas deles, mas, mais do que isso, Sr. Primeiro-Ministro, desta vez é que nós vamos ver mesmo se o Chega funciona, como já tivemos ocasião de dizer, de «chega-me isso» do Partido Socialista, ou se o Partido Socialista vai dar colo ao Chega também aqui no Parlamento.

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, para terminar, também ouvi com atenção o Bloco de Esquerda, concretamente a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua colocar uma questão que tem a ver com problemas sérios de receção de imigrantes em Portugal.

Todos estamos preocupados com a situação, todos defendemos que Portugal precisa de receber bem quem possa ajudar a tornar a nossa economia mais competitiva — e termino, Sr. Presidente —, mas sabemos que devemos fazê-lo em segurança e integrando as pessoas. O desafio da Sr.ª Deputada Mariana Mortágua foi o de no prazo de um ano ter esta situação regularizada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, terminar é terminar.

O Sr. **Hugo Soares** (PS): — Pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro se posso assegurar, através de si e ao País, que teremos este problema resolvido bem antes do que o decurso do prazo de um ano.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, gostaria que usasse dos seus bons préstimos para pedir ao Sr. Deputado Hugo Soares que prove aquilo que disse. É que na política não vale tudo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, na política não vale tudo.

O Deputado Hugo Soares levantou um falso testemunho sobre um Deputado do Partido Chega. Foi o Deputado Rui Afonso quem esteve na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública e o que o Deputado Hugo Soares disse foi que o nosso Deputado estava disponível para negociar e eu quero que ele prove isso...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa, vou só interrompê-lo para lhe dizer que tem uma figura regimental que pode usar se acha que é ofensa à honra. Eu não vou fazer perguntas a outros grupos parlamentares. Já disse isso da outra vez e não o farei.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas devia fazer, porque o Sr. Deputado Hugo Soares tem de provar aquilo que disse. Não é chegar aqui, levantar um falso testemunho e não apresentar provas de nada.

*Aplausos de Deputados do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Isso não é uma interpelação à Mesa. Se uma bancada se sente ofendida, tem a figura regimental respetiva; se um Sr. Deputado se sente ofendido, tem a figura regimental respetiva. O Presidente da Assembleia não vai estar a fazer de *bypass* entre grupos parlamentares.

O Sr. Deputado Pedro Nuno Santos também está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, pedia à Mesa que fosse distribuído o Despacho n.º 7980-C/2022, onde é explicado que o reforço da capacidade da região de Lisboa é feito através do Montijo e onde ainda é dito o seguinte: «No entanto, em relação à solução dual original, é abandonado o objetivo inicial de aumentar a capacidade do Aeroporto Humberto Delgado — pela dificuldade que se estima em poder obter uma declaração de impacte ambiental que a viabilizasse e pelo ambiente social de rejeição cada vez mais generalizada de um possível aumento do número de movimentos por hora no Aeroporto Humberto Delgado [...]» Isto é o que está no despacho que eu pedia que fosse distribuído a todas as bancadas.

*Aplausos do PS.*

*Protestos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído.

O Sr. Deputado Hugo Soares também pediu a palavra. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, não sei como é que é com as outras bancadas, mas, quando me acusam de mentir e de faltar à verdade num debate com o Governo e em frente a todos os portugueses, sinto-me ofendido e sinto que ofenderam a honra da minha bancada.

Portanto, queria defender a honra da minha bancada, tendo em conta a intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, de facto, na política não vale tudo e eu pedi a palavra para a defesa da honra da minha bancada porque não estou habituado, nem quero que se crie o hábito, que se entenda que os políticos são todos iguais e que quando usam da palavra no Parlamento mentem.

Eu disse, e quero aqui repetir, que na reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública o Sr. Deputado do Chega lá presente mostrou-se — e disse-o publicamente, de resto na presença de toda a comunicação social — disponível para negociar um acordo relativamente às propostas do IRS. Foi isto que eu disse e quero repeti-lo aqui porque é verdade.

Mas também já percebi, Sr. Presidente, e digo-o com capacidade de o demonstrar e de o provar, porque tem acontecido repetidamente, que aquilo que o Chega diz num dia, no outro dia desdiz, sem que haja problema nenhum e acha que somos todos iguais.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Quando se dirigem aos outros Srs. Deputados, peço o favor de o fazerem usando a expressão «Sr. Deputado» e não «ele» ou «ela», porque não é essa a forma, digamos, que temos equacionado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para defender a honra da bancada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, neste caso, para responder ao Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Presidente**: — Faz dois em um.  
Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Soares, eu percebo o desespero do PSD, percebo perfeitamente.

**Vozes do PSD**: — Oh...!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Percebo o desespero do PSD quando se sabe que o PSD, e aquele Sr. Primeiro-Ministro que está ali, foi intransigente e disse sempre «não é não», mas foi para a televisão dizer que fez três acordos com o Chega e que depois o Chega rompeu os acordos. Os senhores têm de se decidir: ou é «não é não», ou querem fazer acordos com o Chega.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

Aquilo que os senhores têm feito, sistematicamente — e podem meter as mãos na cabeça, podem fazer o pino, podem fazer aquilo que quiserem —, é dizer ao Chega «não é não».

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vote com o PS!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E, agora que chegámos a uma medida importante para os portugueses — sabem que era uma proposta nossa e que os senhores chumbaram —, vêm aqui dizer quase assim: «Ai, o Chega está disponível para fazer um acordo!»

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E vocês viram-se para o PS!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O nosso Deputado da Comissão de Orçamento não está disponível para fazer nenhum acordo.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, não está disponível. O nosso Deputado da Comissão de Orçamento não está disponível para fazer nenhum acordo, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Isso foi uma invenção vossa!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós aqui somos de palavra, ao contrário do PSD. Nós somos de palavra!

*Aplausos do CH.*

E nós não falhamos aos portugueses. Nós não falhamos aos portugueses!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sente-se!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Sr. Deputado Hugo Soares, não é o Sr. Deputado quem me manda sentar — ainda não tem autoridade para isso.

O Sr. **Presidente**: — Nem terá.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vou terminar, Sr. Presidente, apenas para dizer que percebo o desespero. Os senhores estão desesperados e não sabem o que hão de fazer. Rejeitaram uma maioria de direita e, agora, «andam aqui ó tio, ó tio» e «ai, ai, o que é que vamos fazer».

Este aqui é o vosso problema, andam aqui de mão estendida. Connosco não há mãos estendidas; connosco há os portugueses em primeiro. Essa é que é a nossa grande diferença.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Afinal, não menti!

O Sr. **Presidente**: — Honras defendidas, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para responder ao Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, ia-me esquecendo das perguntas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também não lhe fez nenhuma!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas, entretanto, o Sr. Deputado Pedro Pinto, com esta última intervenção, recordou-me o início da sua e, portanto, esta é a oportunidade para dizer, em resposta às observações que fez, que aquilo que é fundamental eu disse-o na tomada de posse, disse-o na apresentação do Programa do Governo e disse-o aqui, recordando, no início deste debate quinzenal.

Sabemos que este Governo não dispõe de um apoio parlamentar permanente que lhe configure a possibilidade de, à partida, ter aprovadas as suas propostas de lei na Assembleia da República. Sabemos disso! Sabemos que não obtivemos uma maioria absoluta de mandatos e sabemos que não fizemos uma aliança política suscetível de criar essa maioria após as eleições.

Tive a ocasião de dizer que o início de funções deste Governo só assumia a sua plenitude se o Programa do Governo não fosse rejeitado e que a não rejeição do Programa do Governo na Assembleia da República deve importar duas grandes responsabilidades, e a primeira responsabilidade é do Governo. Se o Programa não é rejeitado, é porque o Parlamento quer que ele seja executado...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e, portanto, se ele tem de ser executado, a obrigação do Governo é executá-lo, e é isso que o Governo está a fazer. Aliás, não há nada que o Governo tenha feito que não tenha respaldo no seu Programa e aquilo que há a mais do que aquilo que estava no Programa corresponde a um pensamento político plasmado nos programas dos partidos da oposição.

Portanto, naquilo em que nós fomos além do nosso Programa foi, seguramente, para agradar,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... no bom sentido do termo, à relação de confiança estabelecida entre os eleitores e os partidos da oposição. Há um partido que está a fazer uma birra a esse propósito.

Mas, antes disso, há uma segunda responsabilidade: há a responsabilidade de quem não quis rejeitar o Programa conferir condições e não bloquear a execução desse Programa. Isto parece-me óbvio!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Isto parece-me óbvio de quem quer ter uma atitude séria, de quem quer ter uma atitude responsável, de quem quer ter uma atitude de respeito pelos eleitores.

*Protestos do CH.*

É que muitas vezes aquilo que aqui se diz e a forma como se diz não diz nada às pessoas lá fora. São momentos de folclore político que ficam no espaço deste Hemiciclo.

Mas é preciso dizer, aos partidos que apoiam o Governo e aos partidos que não apoiam o Governo, que todos têm responsabilidades para com os seus eleitores.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Todos têm responsabilidades para com os seus eleitores.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Nós temos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Uma vez que a bancada a que eu também me estava a referir... e não é a única, porque estava a referir-me às bancadas à minha direita e às bancadas deste lado também, à minha esquerda, incluindo, sobretudo aquela que está à minha frente, um bocadinho mais para o lado esquerdo.

Mas sobre a bancada do Chega, que eu não tenho medo de falar diretamente para o Chega...

*Protestos do CH.*

Nunca tive, Srs. Deputados!

*Protestos do CH.*

Façam lá esses apartes. Eu tenho muitos anos disso. Façam esses apartes! Eu gosto disso!  
Deixem-me, então, dizer-vos: eu assumi um compromisso com os eleitores e compromisso assumido é para ser cumprido.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Eu disse aos eleitores portugueses qual era a política de alianças que o meu partido faria...

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — PS, PS, PS!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... antes e depois das eleições e disse que não iria assumir uma aliança de Governo com o Partido Chega. Assumi isso frontalmente com o Presidente do Chega.

Esse é o sumo do compromisso que vocês gostam de designar, e bem, e que foi uma expressão que eu utilizei, a do «não é não».

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Então, do que é que se queixa?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A vossa confusão, que corresponde à vossa birra, que corresponde à expressão da vossa imaturidade política...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Imaturidade política?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É, é!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A vossa confusão, que corresponde a uma visão sectária da vida política, é esta: uma coisa é nós não termos uma aliança de Governo, nós não termos uma aliança permanente de sustentação da atividade governativa; outra coisa é dizer sim à representação dos eleitores no cumprimento da palavra dada por todos aquando da campanha eleitoral.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

E aquilo que eu tenho notado é que, à boleia da vossa birra do «não é não», não conseguem dizer sim, os Srs. Deputados não conseguem dizer sim ao interesse nacional, ao interesse das pessoas. É verdade!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

E isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, transportou-vos para um reduto absolutamente absurdo, do ponto de vista político.

*Protestos do CH.*

As Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados não me obriguem a dizer...



*Protestos do CH.*

Vou ter de dizer. Os Srs. Deputados só estavam mesmo preocupados com as cadeiras, com os tachos desse lado. Era isso? Era isso? Sinceramente: era isso?

*Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cada um assume a sua responsabilidade.  
Eu quero dizer...

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Srs. Deputados...

*Protestos do CH e contraprotestos do PSD.*

Srs. Deputados! Srs. Deputados! Ó Srs. Deputados!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu quero dizer, para terminar, Sr. Presidente...

*Continuação de protestos do CH e de contraprotestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados! Srs. Deputados!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Meta ordem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu quero dizer que espero que as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados tenham ocasião de refletir sobre a necessidade de conformarem a representação que vos foi confiada pelo povo com as vossas atitudes políticas e que este absurdo...

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — É só para nós?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, é para todos, mas para vocês em particular.

*Protestos do CH.*

Das duas, uma: apesar de não gostarem do meu compromisso do «não é não», ou as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados conseguem dizer sim ao País, às pessoas, às políticas boas, que correspondem também às vossas opiniões, ou então terão mesmo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, de confirmar que estão hoje, objetivamente, mais próximos do pensamento do Partido Socialista,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... das propostas do Partido Socialista, do que das propostas deste Governo. Essa é a vossa responsabilidade, este é o vosso trabalho de casa para os próximos meses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

Sr. Deputado Hugo Soares, teremos já ocasião de comprovar tudo isto com a discussão, na especialidade, das propostas do IRS, sendo que a proposta do Governo não está tecnicamente na especialidade porque baixou sem votação na generalidade,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E porquê?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas faz-se sobre ela exatamente o mesmo trabalho, como é tradição desta Assembleia.

Será a ocasião de perceber se o Chega e o Partido Socialista têm ou não predisposição para a consequência do diálogo político. É que reclamar o diálogo do Governo, exigir mesmo esse diálogo, o que é democraticamente aceitável, deve depois ter o reverso da medalha que é: nós estamos de peito aberto na negociação e, se há uma aproximação, nós estamos disponíveis para poder cooperar. Nós vamos no Governo aguardar, repito, com a expectativa de que quem não rejeitou o Programa do Governo quer dar ao Governo as condições para que o Governo execute o seu programa.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Se vier com normalidade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é aderir às nossas políticas, é dar-nos a nós as condições para executarmos a nossa política.

*Protestos do CH.*

É esse que é o objetivo da responsabilidade de cada Deputada e de cada Deputado.

Sr. Deputado Hugo Soares, deixe-me, a esse propósito ainda, não deixar de lhe responder à matéria da imigração e do funcionamento da Agência criada pelo Governo anterior. É verdade, os problemas que existem hoje na AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo) são problemas delicados, profundos, que provocam efeito imediato nos cidadãos que recorrem aos serviços da Agência, que dão insegurança, que dão intranquilidade, que não configuram políticas de acolhimento e de integração de imigrantes de que nós precisamos para ter um País competitivo e, ao mesmo tempo, não fazendo isso, criam também no resto da sociedade um sentimento de alguma intranquilidade.

Ninguém gosta de ver, para além de fenómenos propriamente ilícitos — como também tem havido, infelizmente —, as condições indignas em que muitos seres humanos que se dirigiram para o nosso País para trabalhar, para nos ajudar a pôr o País a crescer, são sujeitos. Ninguém gosta de ver as condições desumanas em que esperam por uma resposta de um serviço público. Isso também intranquiliza o resto da sociedade.

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

E, portanto, nós estamos muito preocupados com isso, Sr. Deputado. Isto é o resultado de vários erros que foram acumulados neste setor, no controlo de fronteiras e também nas políticas de acolhimento e integração de imigrantes.

Sabem qual é a nossa posição e vai ser necessário ter um plano de ação, que nós teremos ocasião de apresentar ao Parlamento. Já tive, aliás, a oportunidade de solicitar ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e ao Sr. Ministro da Presidência que já na próxima semana encetem um diálogo com todos os grupos parlamentares, exceto aqueles que não quiserem mesmo. Se não quiserem mesmo, também escusam, de facto, de simular essa disponibilidade.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós estamos disponíveis para falar com todos sobre esta matéria, para desenhar um plano de ação para cumprir imediatamente, que possa trazer a resolução das centenas de milhares de processos que estão em atraso e que possa, para futuro, evitar nova acumulação de erros. É nossa predisposição aproveitar também o pensamento e as propostas de todos os restantes partidos.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É nosso propósito continuarmos a ser um País que acolhe e integra, mas para dar dignidade tem de ter maior regulação e tem de deixar de permitir o abuso daquelas que são hoje disposições contidas na nossa legislação.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para defesa da honra da bancada.

O Sr. **Presidente**: — Defesa da honra?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Defesa da honra da bancada.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tem de explicar em que se sente ofendido!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Senti-me ofendido porque...

*Risos do PSD, da IL e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu percebo que o PSD não se saiba comportar, nós percebemos isso, lamentamos imenso.

*Risos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a honra foi ofendida em relação a quê?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Em relação às palavras do Sr. Primeiro-Ministro dirigidas à nossa bancada.

O Sr. **Presidente**: — A propósito de quê?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Em relação às birras e a tudo aquilo que disse.

*Risos do PSD e da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto para defender a honra em relação à birra. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vejo muita animação entre o PSD e a Iniciativa Liberal, o que é perfeitamente normal, porque eles são muito parecidos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Não percas tempo com isso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E também não conta para nada, a Iniciativa Liberal não conta para nada, por isso está animadíssima ali.

*Risos da IL.*

Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe que o Chega não está cá por tachos, o Chega não está cá por tachos!

*Risos do PSD.*

Se há alguma coisa que nós combatemos são precisamente os tachos. E o senhor sabe, tão bem quanto eu, tão bem quanto o líder do Partido Chega, tão bem quanto nós todos, que não estamos cá por lugares e que admitimos, inclusive, fazer uma negociação de Governo sem lugares do Partido Chega. Sabe que abdicámos de propostas nossas para fazer um Governo de direita em Portugal e acabar com o socialismo em Portugal. O senhor sabe disso tudo e vem aqui acusar o Partido Chega de querer tachos!

Depois, vem falar de birras, acusar o Chega de birras. Não, Sr. Primeiro-Ministro, não é o Chega que faz birras, não é o Chega que diz «não é não» desde o princípio, não é o Chega que manda fora uma maioria de direita, para que a esquerda se continue a rir desta direita.

*Protestos do PSD, da IL e do PCP.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Desta direita, a esquerda ri-se e não é pouco!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é o Chega que faz isso, tem sido o senhor e tem sido esta bancada. Tem sido o senhor e esta bancada!

Peço desculpa, eu não falo com apêndices, não falo com eles. Não falo com muletas.

*Protestos do PSD, da IL, do BE e do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, queria ter condições para continuar.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem ainda mais alguns segundos para terminar, até aos 2 minutos. Por isso, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Alguém salve o homem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu posso estar aqui a tarde toda, estou à vontade. Só tenho de estar aqui amanhã às três da tarde, outra vez.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estar a tarde toda ou não é a mim que compete. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, sabe bem que nós quisemos dialogar. Se houve algum partido que foi responsável, na noite a seguir às eleições, foi o Chega.

*Protestos do PSD, do Deputado do BE Fabian Figueiredo e da Deputada do PCP Paula Santos.*

E sabe aquilo de que falámos, sabe que houve conversas e foram os senhores que desperdiçaram essa maioria de direita, foram os senhores que desperdiçaram essa maioria. Portanto, não venha agora acusar o Chega de nada.

Onde é que estão as promessas que fez à polícia? Não cumpriu.

*Protestos do PSD.*

Onde é que estão as promessas que fez aos professores? Não cumpriu. Onde é que estão essas promessas? Não cumpriu.

Não podem vir pedir os votos do Chega...

O Sr. **Presidente**: — Está defendida a honra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estou a defender a honra.  
Não podem vir pedir...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está esgotado o seu tempo. E o tempo parou.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não parou logo! Que falta de noção!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não me deixam terminar, mas vou ter de terminar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não. Vai terminar quando eu disser para terminar e, portanto, tem de terminar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto ainda é uma democracia, acho eu.

O Sr. **Presidente**: — É uma democracia e na democracia é assim, Sr. Deputado.

*Risos do PSD, da IL e do CDS-PP.*

Sr. Deputado Pedro Pinto, o tempo parou enquanto houve, digamos, agitação na Sala. O Sr. Deputado leva 2 minutos e 12 segundos...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — O tempo não parou logo!

O Sr. **Presidente**: — ... e já está dentro dos 15 segundos concedidos para tolerância.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faltam 3 segundos.

O Sr. **Presidente**: — Por isso, faltam-lhe 3 segundos. Tem de terminar em 3 segundos. Depois dos 3 segundos, tenho de cortar o microfone.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quero dizer apenas, Sr. Primeiro-Ministro, mesmo para terminar, porque não vale a pena continuarmos com isto...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, terminou o seu tempo. Muito obrigado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não lhe fica bem, não lhe fica bem acusar o Chega daquilo que acusou.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — O debate está terminado. Obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não lhe fica bem falar de tachos, falar de birras, quando os senhores é que fazem birras, não é o Chega.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Está terminado o nosso debate.

O Sr. Primeiro-Ministro e o restante Governo vão sair. Muito obrigado, muito boa tarde. Bom trabalho para o Governo e a bem de Portugal.

*Aplausos do PSD.*

Vou agora dar a palavra ao Sr. Secretário para dar uma indicação.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara que participou nos trabalhos, por videoconferência, o Sr. Deputado Luís Newton, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Da nossa ordem do dia para amanhã consta a discussão, em primeiro lugar, da Petição n.º 44/XV/1.<sup>a</sup> (Nádia Marlene Nicolau Ferraz e outros) — Pela nova ala de cardiologia pediátrica do Hospital de Santa Cruz, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 80/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela construção de uma nova ala de cardiologia pediátrica no Hospital de Santa Cruz, 94/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias para a realização das obras de renovação e ampliação do Hospital de Santa Cruz, 97/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Investimento no Hospital de Santa Cruz e 99/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Pela construção de uma nova ala de cardiologia pediátrica no Hospital de Santa Cruz.

Em segundo lugar, consta a discussão da Petição n.º 105/XV/1.<sup>a</sup> (Suzana Maria de Jesus Marques – Movimento «Salvar o Jardim da Parada») — Salvar o Jardim da Parada – Contra o Traçado da Expansão da Linha Vermelha de São Sebastião a Alcântara, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 29/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda uma localização alternativa para a nova estação do metro «Campo de Ourique» que preserve o Jardim da Parada.

Em terceiro lugar, consta a discussão das Petições n.ºs 118/XV/1.<sup>a</sup> (Paulo Espírito Santo e outros) — Construção de um novo hospital central do Oeste nas Caldas da Rainha e 128/XV/1.<sup>a</sup> (José Augusto Clemente de Carvalho e outros) — Um hospital para todo o Oeste, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs 76/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que mantenha a decisão de construção do novo hospital do Oeste, 77/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que crie um plano de reformulação dos hospitais de Peniche, Torres Vedras e Caldas da Rainha, 95/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo que avance com a construção do hospital do Oeste e faça uma avaliação da viabilidade da manutenção das demais infraestruturas de saúde na região Oeste, 96/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Construção do novo hospital da região do Oeste com investimento nas atuais infraestruturas para cuidados de saúde em proximidade e 98/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Construção do novo hospital público do Oeste.

Em quarto lugar, consta a discussão da Petição n.º 341/XIV/3.<sup>a</sup> (Tiago Boanova da Silva e outros) — Manter o Parque de Campismo da Galé, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 78/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela proteção da península de Tróia e dos ecossistemas dunares entre Tróia e Melides e pela reabertura do Parque de Campismo da Galé, 92/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda a manutenção do parque de campismo da praia da Galé (Grândola) e medidas de proteção do acesso à praia e de proteção do ecossistema, 93/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que encete negociações para a reabertura do Parque de Campismo da Galé e que garanta o acesso público incondicional à Praia da Galé e 101/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Pela manutenção do Parque de Campismo da Galé, no concelho de Grândola.

Até amanhã.

Está encerrada a sessão.

*Eram 17 horas e 58 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*